

Índice

Preâmbulo

1. Conclusões da **Visão Estratégica**

2. Suporte de construção para a **Visão Estratégica**

2.1. Objectivos

2.2. Metodologia

2.3. Síntese de diagnóstico

2.3.1. A Quinta do Almaraz

2.3.2. O Cais do Ginjal

2.3.3. Almada Velha (Castelo)

2.3.4. Área de intervenção – Matriz Síntese de debilidades e potencialidades

2.4. Modelo de participação focalizada

2.4.1. Metodologia e modelo de participação

3. **Visão Estratégica**

3.1. Introdução

3.1.1. As Cidades Criativas

3.1.2. As Indústrias Criativas e a competitividade urbana

3.2. Quinta do Almaraz e zona envolvente

3.2.1. Quinta do Almaraz

3.2.2. Cais do Ginjal

3.2.3. Almada Velha (Castelo)

3.3. Síntese de Objectivos e acções das conclusões do Estudo de Enquadramento Estratégico

3.4. Implementação da **Visão Estratégica**

- 3.4.1. Quinta do Almaraz
- 3.4.2. Cais do Ginjal
- 3.4.3. Almada Velha (Castelo)
- 3.4.4. Medidas de Implementação

4. **Peças desenhadas**

- 01 - Planta do Existente
- 02 – Planta de Implementação da *Visão Estratégica*
- 03 – Planta de Usos
- 04 – Planta de Mobilidade
- 05 – Alçado da Rua Elias Garcia – Existente
- 06 - Alçado da Rua Elias Garcia – Cenário Proposto
- 07 – Alçado do Cais do Ginjal – Existente
- 08 - Alçado do Cais do Ginjal – Cenário Proposto
- 09 – Corte 01
- 10 – Corte 02
- 11 – Corte 03
- 12 – Corte 04
- 13 – Corte 05

Preâmbulo

A elaboração da Visão Estratégica para uma intervenção global na Quinta do Almaraz, Cais do Ginjal e Almada Velha (Castelo), surge na sequência da elaboração do relatório de diagnóstico e caracterização já realizado, cujas conclusões servem de fundamento à sua concretização.

Esta Visão resulta de uma abordagem dirigida, não só para a área em questão, como também para a envolvente imediata em que esta se insere e no seu enquadramento metropolitano. Foi respeitado um processo pré-definido, uma sequência de etapas, partindo de uma percepção do território em análise enquanto espaço, integrada numa envolvente, com a que necessariamente interage, para posteriormente, conceber e desenvolver soluções do foro urbanístico/estratégico.

Apresenta-se uma Visão Estratégica coerente para o desenvolvimento urbano futuro desta área, que aponta no final para os instrumentos e soluções urbanísticas concretas e para mecanismos de programação e execução. Para além do conceito e dos objectivos estratégicos, indo um pouco mais além, são apresentadas propostas gerais de desenho urbano, remetendo posteriormente para os Instrumentos de Ordenamento e Gestão do Território as questões directamente ligadas à concepção da forma e detalhe do seu desenho, composição e execução.

Esta preocupação estende-se à necessidade de preparar as condições para uma efectiva revitalização urbana desta área e para uma melhoria da qualidade de vida dos habitantes, visitantes, e também para as gerações futuras.

Pretende-se ainda que sirva de base para a elaboração definitiva de um programa base para a área do Ginjal e Castelo, os projectos de infraestruturas, da arquitectura dos edifícios e dos espaços exteriores urbanos, que serão complementados por regras disciplinadoras dos direitos e deveres dos demais titulares de direitos reais sobre a área em estudo e ainda que sirva para fomentar a discussão sobre o modelo para a gestão da sua execução.



1. Conclusões da Visão Estratégica

Foram identificadas de forma clara e precisa as potencialidades e as debilidades de cada uma das áreas em estudo e do seu conjunto a diferentes escalas. No entanto a questão essencial detectada de forma quase intuitiva desde o início, intuída também no próprio programa preliminar da Câmara Municipal de Almada, é de que forma serão estabelecidas «pontes» e «ligações» que permitam cerzir os três territórios – Quinta do Almaraz, Cais do Ginjal e Almada velha, castelo – entre eles e com a cidade consolidada. Cerzir estes, não só a nível espacial e funcional mas também ao nível mais abstracto de única identidade, posicionando-o com um carácter inovador no contexto da Área Metropolitana de Lisboa que fisicamente já ocupa.

Neste sentido após a análise de diversos cenários propomos a introdução de um uso ao que denominamos «Motor», para cada uma das três áreas. Um uso catalizador da energia, que irá impregnar o território, ainda quando não se trate de um uso dominante:

Almaraz

Uso Motor : CISAQA, **Centro de Interpretação do Sítio Arqueológico da Quinta do Almaraz.**

Equipamento público essencial para a valorização do património arqueológico do sítio, localizado adocadamente de forma estratégica à casa da Quinta da Quinta do Almaraz, favorecendo a sua recuperação/revitalização.

Ginjal

Uso Motor : **Indústrias criativas**

Equipamento localizado no antigo edifício da Fábrica de Óleo de Fígado de Bacalhau trata-se de recuperar uma actividade económica «forte» para este espaço que reúne hoje as características físicas ideais para o estabelecimento da Industria Criativa.

A implementação das Industrias Criativas no Ginjal permite a (re)vitalização e a (re)utilização do património industrial edificado adaptando-se às características/escala do lugar.

Castelo

Uso Motor : **Hotelaria.**

A localização das estruturas defensivas como esta, pelo facto de estarem situadas em localizações privilegiadas são hoje em dia lugares ideais para instalações hoteleiras de qualidade, beneficiando de um conjunto de vistas panorâmicas privilegiadas e de uma centralidade invejável.

Em conjunto com os usos motores são propostos de forma equilibrada uma série de «usos associados» compatíveis e complementares que permitem criar uma teia de dependências e interdependências entre os distintos territórios e entre estes e a cidade consolidada.

O misto de usos proposto é indispensável para a sustentabilidade deste território e deve ter um reflexo claro na arquitectura que lhe dá suporte, evitando processos unitários de grande escala.

Almaraz

Usos associados : Habitação para jovens
Espaço público verde – sítio arqueológico
Espaço público verde – jardim da Quinta dos Ingleses
Espaço público – praças
Centro de dia da 3ª idade
Comércio/serviços
Silo automóvel

Combater o envelhecimento do centro da cidade é uma questão essencial. Neste sentido, neste cenário e também de alguma forma, no sentido do programa do concurso European VI propomos a construção de habitação para jovens em regime de aluguer a prazo predeterminado, tendo como factor determinante para a adjudicação de uma habitação aos futuros utilizadores a sua situação ao nível académico em conjunto com questões de carácter puramente social.

A questão é a de evitar que casos de excelência académica de trabalhos de investigação, teses de doutoramento, etc. se vejam frustrados por situações pessoais ou familiares. Trata-se de alguma forma de apoiar o momento mais delicado do percurso académico, de favorecer a igualdade de oportunidades, de garantir o investimento para todas as gerações futuras.

Ginjal

Usos associados : Habitação
Hotelaria
Comércio/serviços
Apartamentos turísticos/residências
Espaços públicos – mercados das artes
Equipamento – Centro paroquial
Equipamento – Casa da Juventude
Equipamento – Centro de estudos da arriba
Equipamento – Silo Automóvel

Criar espaço público de maneira a permitir a vivência de um espaço tão privilegiado como é o Ginjal é o centro da questão. Permitir a vivência, significa não só garantir o misto de usos que lhe darão significado mas criar os espaços públicos adequados às suas condições e características específicas que o permitam, aqui o cenário passa necessariamente por uma estratégia de desenho urbano. Propomos a manutenção do carácter do Cais do Ginjal, mantendo as características espaciais existentes nomeadamente a primeira linha de fachada, garantindo fundamentalmente a proporção de «cheio» - «vazio» das suas fachadas, preservando assim não só a memória histórica como respeitando a lógica construtiva que procurou essencialmente «proteger-se» da proximidade da arriba e do rio.

Não significa isto que não deva permitir-se a intervenção nas suas fachadas, que por outro lado é absolutamente necessário e deverá ser realizado de forma inequivocamente contemporânea.

A nível programático para além dos usos associados e do uso motor já referidos, este cenário pretende não só encontrar um lugar não concorrencial na envolvimento imediata a curto e longo prazo como a nível metropolitano, mantendo assim o carácter «único» que tem na actualidade.

O ginjal é um somatório de objectos arquitectónicos e é essencial preservar essa escala evitando intervenções unitárias favorecendo a multiplicidade de intervenções de marcada qualidade arquitectónica.

Castelo

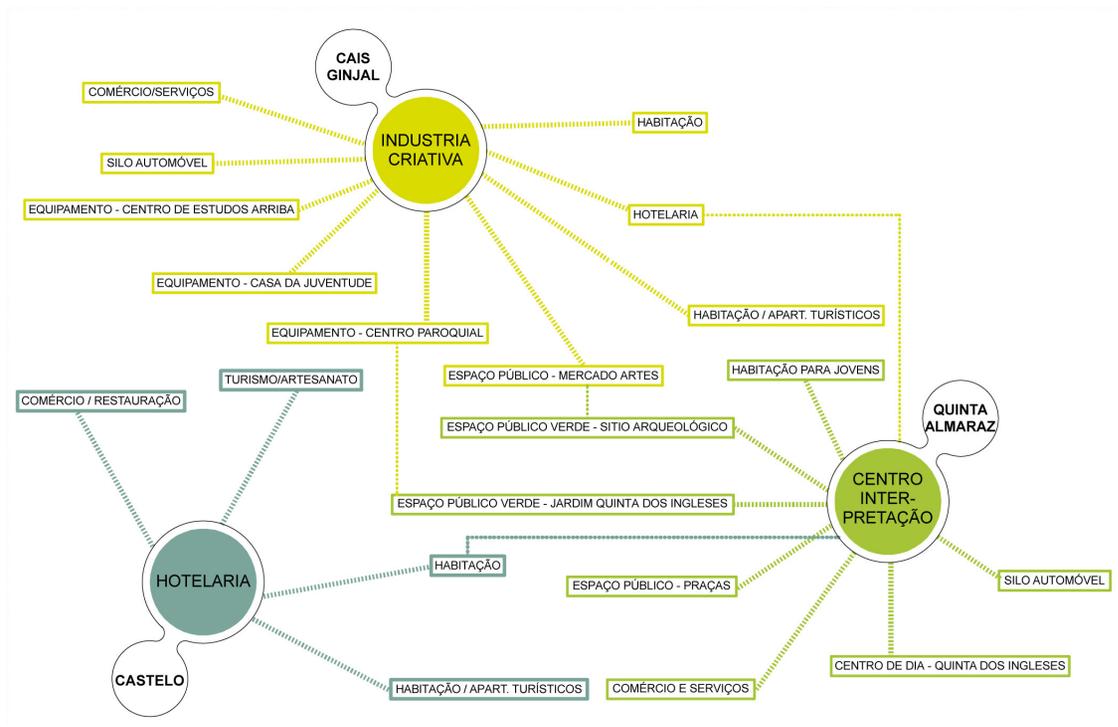
Usos associados : Apartamentos turísticos/residências
 Habitação
 Comércio/restauração
 Turismo/artesanato

A **actividade hoteleira**, com a criação de um Hotel de Alta Qualidade na zona do **Castelo** como uso motor, complementa-se com unidades situadas na cota inferior no **Cais do Ginjal**, bem como com a proliferação do modelo de **turismo de habitação** no centro histórico, habitação e comércio/restauração de forma a continuar o trabalho de revitalização da zona histórica já visível em parte do centro histórico de Almada.



Cais do Ginjal

ESQUEMA FUNCIONAL DE USOS MOTORES E USOS ASSOCIADOS



No que se refere aos **instrumentos urbanísticos** para implementação da estratégia delineada, estes deverão ser tais que a sua escolha tenha em conta a necessidade de uma resposta que permita atempadamente dar resposta às problemáticas de cada uma das zonas, atendendo essencialmente às suas questões mais urgentes.

É essencial estabelecer um programa de actuação real, coerente, que fixe obrigações de todas as entidades envolvidas, públicas e privadas, assumindo compromissos que beneficiem em justa medida todas as partes.

Na área da **Quinta do Almaraz** o instrumento urbanístico proposto para a sua reconversão urbana é o **plano de pormenor**, que, tal como definido no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, permite equacionar a globalidade das questões em jogo como sejam a distribuição de funções, o desenho urbano, definindo espaços públicos e circulações viárias e pedonais, e a organização do edificado com o respectivo estabelecimento de índices urbanísticos.

Na área do **Ginjal** o instrumento urbanístico de suporte deveria ser dúvida nenhuma, como no caso da Quinta do Almaraz, o de Plano de Pormenor, mas mecanismos como o “**Contrato de Urbanização**” com os actuais proprietários, onde se possam fixar de forma explícita os **direitos e obrigações** de cada uma das partes, deverão ser tidos em conta visto que a urgência de intervenção é neste caso um factor chave.

Na área do **Castelo** preconiza-se uma análise em pormenor de cada um dos quarteirões que permitirá uma intervenção cirúrgica onde se preservem os elementos arquitectónicos de valor patrimonial/ambiental, e se consigam estabelecer regras de compensações/incentivos para cada um dos proprietários.

Todas as intervenções acima descritas são formalizadas com a implementação de uma estratégia urbana que estrutura toda a estratégia conceptual acima descrita.

Museu de Arqueologia e Consejerias de Mérida



No **Almaraz** as implantações das construções terão de salvaguardar sempre a hipótese da existência de espólio arqueológico, neste sentido as construções a propor não devem possuir cave à semelhança de projectos como as “Consejerias de Mérida” do Arquitecto Juan Navarro de Baldeweg ou o Museu de Arqueologia, também em Mérida, do Arquitecto Rafael Moneo. Para que as construções se libertem do encargo do estacionamento em cave propõe-se a construção de um silo automóvel a nascente da Quinta do Almaraz, que não só garante o estacionamento destas habitações como também será a oportunidade de libertar de estacionamento viário a Rua Elias Garcia e envolvente, permitindo avançar para a requalificação das mesmas.

É também retomada nesta intervenção a ideia de praças em desnível que se posicionaram ao longo da Rua Elias Garcia e que são tão características no centro histórico de Almada.

No **Cais do Ginjal** a estratégia de intervenção assenta principalmente na manutenção da 1ª linha de fachada (edifícios de 3 pisos) de forma a preservar o carácter do cais do ginjal, submetendo-o a um alargamento geral a fim de permitir a circulação de viaturas dos utilizadores diários (com carácter condicionado) mas também veículos de segurança pública, de cargas e descargas, e de recolha de resíduos.

A capacidade construtiva de maior expressão localiza-se na chamada 2ª linha de fachada (edifícios de mais de 3 pisos), que combinada com uma 3ª estrutura construída, orientada na perpendicular ao cais do Ginjal cria uma série de praças urbanas que se desenvolvem ao longo do cais e que permitem, com um carácter mais pragmático resolver o problema de circulação de veículos de maior porte na questão das inversões de marcha.



Praças do Ginjal – Apontamento perspético

Castelo : com a estratégia de desenvolvimento de estudo de quarteirão, pretende-se garantir a preservação do ambiente característico do centro histórico fazendo pequenas intervenções contemporâneas pontuais respeitando as pré-existências da arquitectura existente.

2. Suporte para a construção de uma Visão Estratégica

2.1. Objectivos

Acrescentar valor e “fazer cidade” através da definição de intervenções estratégicas de estruturação, **requalificação e revitalização sócio-económica e urbanística do território da Quinta do Almaraz e Zona Envolvente**, a médio e longo prazo, promovendo um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável e a melhoria da qualidade de vida urbana nesta área do concelho de Almada, conferindo-lhe dimensão metropolitana;

A definição do quadro de condicionantes, e servidões e restrições, que condicionam a proposta de revisão do ordenamento geral da área de intervenção;

A identificação do conjunto de elementos estruturantes do tecido urbano, que sustentem e ancoram as soluções encontradas, que se relacionem equilibradamente entre si e com as preexistências, e que permitam desenvolver esta área de forma singular e não concorrencial.

2.2. Metodologia

A metodologia seguida para a elaboração desta Visão Estratégica procurou respeitar as seguintes etapas de acordo com a proposta inicial:

-Estudo de diagnóstico: abrangendo diferentes áreas temáticas e disciplinas (História, Arqueologia, Paisagismo, Ambiente, Tráfego, Sócio-Economia, Geotecnia / Geologia, Infra-estruturas, Arquitectura e Urbanismo), de tal forma que cada uma olhou para o território, dissecando-o com as suas ferramentas e métodos próprios de estudo, afim de o analisar da forma mais aprofundada e completa possível;

-Envolvimento e auscultação dos actores-chave com interesses no território em questão. Foram organizados 5 *workshop* que reuniram de forma agrupada (entre 15 e 27 de Julho de 2006) os actores públicos institucionais relevantes da administração local e central (Câmara Municipal de Almada, Assembleia Municipal de Almada, Juntas de Freguesia, APL, IPA); as ordens profissionais dos engenheiros e arquitectos; os proprietários de terrenos e património imobiliário nesta área; as associações locais na área da Cultura, Comércio, Juventude, Arqueologia, e ainda a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, num processo amplamente participado do qual se retirou um grande número de valiosos contributos e opiniões;

-Fóruns de participação pública abertos aos cidadãos, ao início do processo onde se manifestaram os objectivos e a termo de cada uma das fases de trabalho;

-Construção de uma Visão Estratégica e de um programa sustentável de intervenção para a área da Quinta do Almaraz e Zona Envolvente, integrando os contributos dos especialistas da equipa constituída e as contribuições dos *workshop* e fóruns de participação pública

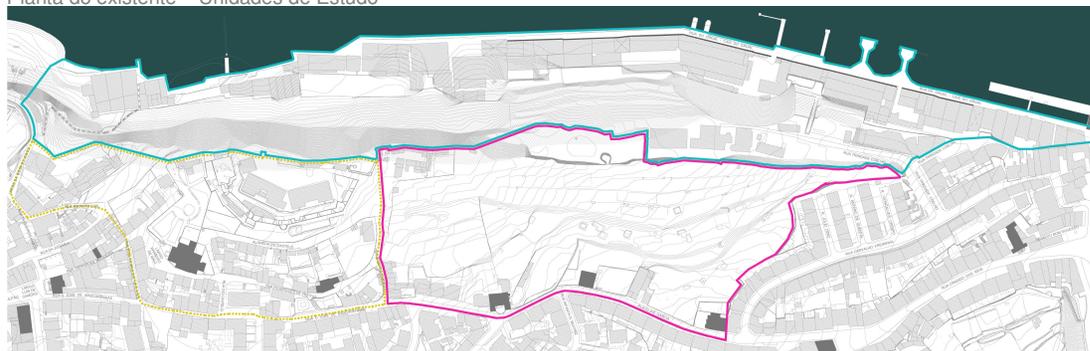
Fórum de participação pública



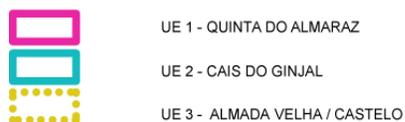
2.3. Síntese do Diagnóstico

Para melhor compreensão da Visão que ora se apresenta, entendemos ser essencial ressaltar de forma sintética os aspectos mais relevantes do diagnóstico efectuado, dado que esta área possui um conjunto complexo de problemas e debilidades de natureza sócio-urbanística, mas possui também uma **grande riqueza espacial e potencialidades muito fortes** e únicas de desenvolvimento urbano, sendo que muitas das fraquezas hoje podem transformar-se em efectivas oportunidades de desenvolvimento local.

Planta do existente – Unidades de Estudo

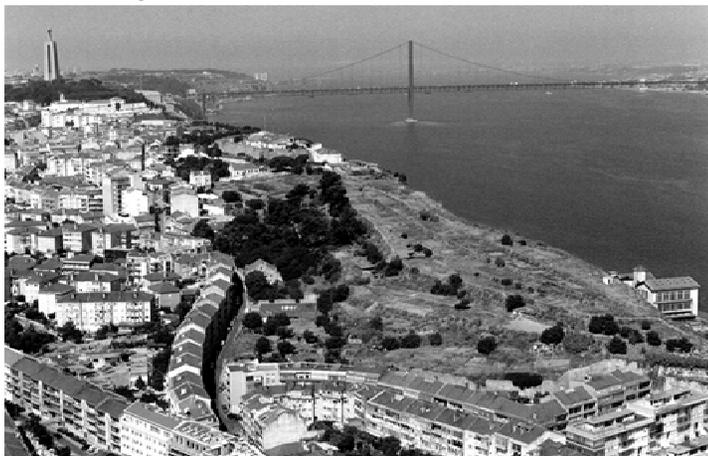


O diagnóstico multidisciplinar efectuado para a totalidade da área em estudo elencou três áreas que revelaram especificidades e problemáticas diferenciadas, mas que se complementam e relacionam entre si:



A delimitação destas áreas de intervenção/programação visou não só estabelecer o âmbito territorial da execução de um programa de intervenções estratégicas (“Unidades de Execução”), como também definir de forma clara as áreas específicas de intervenção e de aplicação da normativa urbanística, tornando mais fácil a elaboração e implementação de um instrumento urbanístico de planeamento urbano.

Vista e localização da Quinta do Almaraz



2.3.1. A Quinta do Almaraz

A Quinta do Almaraz surge como um **amplo espaço, livre de construções, murado, inacessível à população** e quase totalmente despovoado (apenas com algumas famílias residentes nos limites da sua área). Caracteriza-se pela sua topografia em desnível ascendente de Sul para Norte, que termina no corte abrupto da arriba, ao longo da qual se podem identificar ainda vestígios de estruturas semi-rurais de exploração agrícola.

A grande importância da Quinta do Almaraz advém, no entanto, do património arqueológico de altíssimo valor aí existente, referente ao período de colonização fenícia do ocidente, o qual se encontra aparentemente muito bem conservado. Existe aí uma estação arqueológica onde foram efectuadas algumas campanhas de escavação entre 1987 e 2003, no entanto este espaço encontra-se totalmente abandonado e sem qualquer usufruto pela população, estimando-se que a maioria dos objectos e estruturas arqueológicas esteja ainda por revelar.

Situada num plano elevado relativamente à envolvente, a Quinta do Almaraz conta ainda com horizontes visuais privilegiadas, que atingem os 360º, podendo avistar-se, para além da cidade de Lisboa e do vasto estuário do Tejo, a Serra de Sintra, a norte, a Serra da Arrábida, a sul, sendo portanto um local de rara beleza paisagística proporcionada, sobretudo pela proximidade do rio Tejo, a espreitar Lisboa.

Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Existência de espólio arqueológico de importância supramunicipal, ou mesmo mundial, não totalmente escavado e estudado, mas que se prevê vasto e de grande valia patrimonial sobre a colonização fenícia da Península Ibérica e do Ocidente	Estado expectante e degradação da Estação Arqueológica da Quinta do Almaraz desde 2003	Área de propriedade exclusivamente municipal	
Amplas vistas de elevado valor cénico e paisagístico sobre Lisboa e o estuário do Tejo	Espaço não estruturado, isolado e alheio à cidade	Edifícios de valor patrimonial da Quinta dos Ingleses e da Quinta do Almaraz	
	Infraestruturas urbanas básicas com limitações	Escavações arqueológicas diminutas e respectiva musealização insuficiente	
	Inexistência de acessibilidades e existência de barreiras físicas e grandes desníveis	Estatuto de Protecção "Em vias de classificação", pelo IPA	
	Inexistência de qualquer aproveitamento do espaço	Integração numa rede de sítios arqueológicos de Almada (salgadeiras romanas, castelo mourisco)	
	Envolvimento urbano desqualificado, com insuficientes ligações viárias, sem estacionamento, sem equipamentos e em declínio social e económico	Existência de alguma investigação e conhecimento do património arqueológico	
	População envelhecida	Condições favoráveis para a criação de espaços verdes públicos e equipamentos de cariz cívico (cultural, social)	

Vista aérea do Cais do Ginjal



2.3.2. O Cais do Ginjal

A importância do **rio Tejo** como **fonte de recursos e meio de comunicação** reflecte-se na sua ocupação e explica o aparecimento das instalações para fins industriais. De facto, o cais do Ginjal foi outrora um importante espaço industrial de Almada, em relação directa com o rio Tejo e o transporte fluvial de mercadorias, no qual se construíram no século XVIII grandes naves industriais e infraestruturas relacionadas com a pesca (fábricas de conserva de peixe, armazéns de iscos e frigoríficos, oficinas e armazéns de aprestos navais, uma fábrica de óleo de fígado de bacalhau e estaleiros), e também armazéns de vinho e azeite e até uma fábrica de tecidos.

Estas actividades e instalações foram sendo progressivamente desactivadas desde finais do século XIX até à primeira metade do século XX, surgindo hoje o Cais do Ginjal como um espaço abandonado, profundamente degradado e inseguro, e em acentuado estado de declínio e obsolescência.

No entanto, apesar da actual situação urbanística, o cais do Ginjal possui uma riqueza espacial única, com grandes potencialidades de desenvolvimento urbano de qualidade e uma localização central no contexto da Área Metropolitana de Lisboa.

Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Local onde se vai de propósito, com uma vista privilegiada e de grande beleza e valor paisagístico sobre a cidade de Lisboa e a sua frente ribeirinha	Local ambientalmente muito degradado e inseguro	Presença de edifícios de naves industriais, na primeira linha da frente ribeirinha mais antiga, de características marcantes no espaço, com um pé direito muito elevado, com coberturas, vigaamentos em madeira e em razoável estado de conservação	Terreno entre a cota 0 e a cota 80 metros, sem grande aptidão urbanística e com importantes restrições à ocupação e uso do solo
Sítio de características únicas ao nível da morfologia e da paisagem	Acessibilidades muito limitadas e difíceis	Edifícios de armazéns bastante "fechados" e "cegos" para o lado do rio, mais agreste, e com maiores aberturas e mais amplos a tardo, com maior amenidade climática e em estreita ligação com o rio	Proximidade ao futuro complexo imobiliário da Margueira com grandes áreas (m2) previstas para oferta de habitação, comércio e serviços.
Longa tradição de lugar de lazer e de passeio "a ver Lisboa"	Efeito de isolamento ou de "ilha", sem ligações e articulações com a envolvente urbana imediata	Existência de melhores condições de vivência nas fachadas expostas a Sul, nos pátios e frentes mais abertas dos edifícios a tardo	
Forte identidade e grande riqueza de património de arqueologia industrial e de memória local	Efeito de barreira topográfica exercido pela arriba, que impede a relação franca entre o Ginjal e a cidade	Reduzidas ou inexistentes pressões imobiliárias por ser uma área com acessibilidade muito condicionada e com problemas urbanísticos	
Localização geoestratégica privilegiada e de grande riqueza espacial no contexto da AML	Edifício de uso industrial em avançado estado de degradação	Proximidade ao centro de Lisboa e ao campus universitário do Monte da Caparica	
Boas ligações fluviais regulares e de curta duração ao centro da cidade de Lisboa, com um interface multimodal contíguo (Cacilhas - barco, autocarro e metro ligeiro de superfície)	Infraestruturas urbanas básicas inexistentes ou com grandes limitações		
Grande potencial turístico e de recreio e lazer, com condições favoráveis para a vivência deste espaço através do desfrutar do rio e da paisagem da frente ribeirinha de Lisboa	Grande nº de edifícios colapsados e em ruína total, sobretudo na 2ª linha da frente ribeirinha		
	Espaço urbano pouco ou nada vivido; um espaço de não permanência		
	Grande nº de dias com condições atmosféricas desfavoráveis de temperatura, vento e humidade do ar, assim como de correntes muito fortes e perigosas resultantes da oscilação das marés.		

Vista aérea do sítio do Castelo de Almada



2.3.3. Almada Velha (Castelo)

Integrado no Núcleo Histórico consolidado da Cidade de Almada, a zona de Almada Velha, corresponde ao **território urbano mais antigo do concelho**, onde predomina a função residencial e é caracterizado por uma população residente radicada há várias gerações, envelhecida, com traços de dependência e isolamento e por um tecido económico débil, assente no comércio tradicional.

O Castelo corresponde a uma estrutura fortificada, que terá sido fundada em pleno domínio islâmico, localizada na parte mais alta de Almada Velha, contíguo à Quinta do Almaraz, e está hoje ocupado pelas instalações militares do quartel da GNR e encontra-se bastante alterado e descaracterizado.

Fim da Alameda do Castelo e entrada para a Quinta do Almaraz

Salienta-se, no entanto, que o Castelo e a envolvente do miradouro têm um elevado valor patrimonial e um **excelente enquadramento paisagístico, com vistas notáveis sobre Lisboa e o rio Tejo**, embora se encontre inacessível para a população. O espaço do Castelo possui deste modo grandes potencialidades de desenvolvimento turístico, em articulação com a envolvente de Almada Velha.

Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Singularidade e elevada valia paisagística do sítio	Espaço inacessível à população, semi estruturado	Elevado potencial turístico e patrimonial	Existência de conflitos sociais que resultam da presença de vários bares e locais de diversão produtores de ruído nocturno
Lugar de cota mais elevada e de mais ampla vista sobre toda a cidade de Lisboa, a Ponte 25 de Abril e o estuário do Tejo	Instalações ocupadas pela GNR e profundamente descaracterizadas	Espaço de grandes dimensões onde o uso militar já não faz sentido	Envolvente urbana em declínio social e económico, com população envelhecida, edificado em mau estado de conservação e/ou descaracterizado e comércio tradicional desvitalizado
Excelentes condições de insolação e ventilação	Presença de construções e instalações de apoio anexas muito desqualificadas	Possibilidade de estudo de ligações entre a parte alta e a parte baixa da arriba, junto à frente ribeirinha, e entre esta e outra margem	Grande instabilidade da arriba devido a processos geomorfológicos activos, nomeadamente de drenagens pluviais não corrigidas
Integrado no tecido urbano consolidado do núcleo urbano de Almada Velha	Fraca acessibilidade rodoviária e insuficiente oferta de estacionamento		
Comércio e restauração de proximidade – Almada Velha e Almada Centro			

2.3.4. Área de Intervenção - Matriz Síntese de debilidades e potencialidades

Elemento Estratégico - acessibilidades

	Potencialidades	Debilidades
Rede Viária (de proximidade)	<p>A2 – eixo de elevada capacidade e procura, garante as ligações verticais Norte / Sul, com especial destaque para a ligação a Lisboa</p> <p>IC20 – eixo que tem sido alvo de melhorias ao nível da capacidade e que permite as ligações transversais até à Costa Atlântica e à A2;</p> <p>EN10 – eixo que permite também ligações verticais</p> <p>Av. 23 de Julho / António José Gomes / Aliança Pov o MFA – eixo Nascente da Cidade e que representa a continuidade da EN 10 até ao terminal de Cacilhas</p> <p>Av. Bento Gonçalves / D. Nuno Álvares Pereira / D. Afonso Henriques / 25 de Abril – eixo central de Almada onde se concentra a principal acessibilidade à cidade.</p> <p>Garantida a ligação a várias instituições que poderão ter grande interdependência com as actividades a desenvolver no local</p>	Acessibilidade local fraca e ausência de algumas ligações viárias locais
Interface Fluvial	O terminal fluvial de Cacilhas oferece apenas ligações para Lisboa. No entanto este serviço é, face ao forte congestionamento rodoviário nos acessos à Ponte 25 de Abril, uma boa alternativa para aquele destino, especialmente nos períodos de ponta	Degradação e antiguidade das infra-estruturas e equipamentos do terminal fluvial de Cacilhas
Transportes Públicos Rodoviários	A rede viária na envolvente imediata à área em estudo não apresenta condições para a circulação de autocarros, no entanto as paragens mais próximas não se encontram muito distantes	
Metro Sul do Tejo	Com a implementação do Metro Sul do Tejo, Almada e especificamente esta zona da Cidade ficará francamente mais acessível	
Estacionamento		<p>Estacionamento, as barreiras topográficas e alguma falta de articulação na promoção tem limitado a sua projecção</p> <p>Na área em estudo e envolvente imediata não existe, de uma forma geral, estacionamento privativo no interior dos lotes</p> <p>Utilização abusiva do segundo lado das ruas, com recurso ao passeio, com implicações na circulação de peões e de veículos.</p>
Percursos Cicláveis	Pré-existência de uma rede organizada de percursos cicláveis com possibilidade de ligação e requalificação dessa mesa Rede à Cidade	

Elemento Estratégico – urbanismo

	Potencialidades	Debilidades
Estado do Edificado	Plano de Reabilitação Urbana no âmbito da operação integrada de desenvolvimento da península de Setúbal	Degradação e abandono progressivo do núcleo do Cais do Ginjal
Cais da Margueira	<p>Grande impulsionador para a atracção de pessoas e novas actividades para esta zona da Cidade</p> <p>Requalificação urbana da envolvente à área de intervenção</p>	<p>Não renovação do parque habitacional e contínuo envelhecimento e degradação do existente</p> <p>"Concorrente" no que respeita à instalação de algumas actividades nesta área</p>

Elemento Estratégico – pólos de atracção

	Potencialidades	Debilidades
Rio Tejo	Elemento Natural de grande importância para toda esta área, funcionando muitas vezes como alavanca para a instalação de diversas actividades que dependem directa ou indirectamente dele Elemento Paisagístico valioso com uma deslumbrante relação visual com o plano de água e a percepção única de Lisboa	
Almada	Sendo o principal pólo dinamizador de toda esta zona da margem Sul, com uma dimensão cultural, de lazer e actividades, bens e serviços que são gerados pelo respectivo pólo;	Degradação do edificado
Actividade Cultural	Actividade cultural com grande peso em Almada, potenciando o associativismo e a participação da população no que diz respeito ao interesse pelo desenvolvimento e "crescimento" da sua cidade	
Quinta do Almaraz- Pólo Arqueológico	Património arqueológico de altíssimo valor	A quinta parece uma ilha onde não é fácil chegar. Estado expectante das instalações da Estação Arqueológica
Cais do Ginjal	Riqueza espacial única no contexto da Área Metropolitana de Lisboa - identidade e expressão urbana de excepcionalidade Conforto bio-climático ao longo de todo o ano A sua interposição como 'proa visual', no sentido nascente, provavelmente única, progressivamente deixando descobrir o Mar da Palha, avante e a estibordo, e a foz do Tejo, a bombordo	Espaço abandonado, quase um cenário constituído pela sucessão de armazéns industriais Degradação do edificado Acessibilidade actual é muito limitada, resultado do perfil transversal da via e do estacionamento desordenado junto ao interface rodo-fluvial

Elemento Estratégico – geomorfologia do terreno

	Potencialidades	Debilidades
Ariba	Excelente elemento natural para estudo- Laboratório natural de investigação/monitorização de processos actuais de dinâmica de vertentes	Problemas de instabilidade associados às características geomorfológicas das formações rochosas e terrenos
Estrangulamento do Rio Tejo	Possibilidade de estabelecer ligações fluviais alternativas em transporte privado, entre Cacilhas / ginjal e diversos locais da frente ribeirinha de Lisboa: Belém, Alcântara, Cais do Sodré, Santa Apolónia e Parque das Nações	Força das correntes resultantes do fluxo e refluxo das marés do Oceano Atlântico e do fluxo das águas fluviais Tremendas dificuldades a que qualquer ampliação estaria sujeita Condições atmosféricas adversas no Inverno, sobretudo de nevoeiro, e vento (ondulação) condicionam as travessias
Quinta do Almaraz	Topografia em desnível ascendente de Sul para Norte Vistas a partir do interior da quinta são surpreendentes pela sua abrangência e diversidade Na cota mais elevada, no limite Poente, a vista abrange os 360º, com o Cristo-Rei a Poente, Lisboa a Norte, o Mar da Palha a Nascente e, a Sul, os telhados da cidade de Almada	

Elemento Estratégico – condições climáticas/ambientais

	Potencialidades	Debilidades
Ventos fortes	A Sul, está-se protegido dos ventos frios do Inverno	As condições de ensombramento, de humidade e de exposição aos ventos do Norte no Ginjal
Qualidade do Ar	A área de intervenção não apresenta problemas de poluição atmosférica sensíveis	
Qualidade da água	Não revela indícios de contaminação para a totalidade dos parâmetros, sendo ainda de referir que não se detectaram indícios de contaminação de origem doméstica e que os níveis de oxigénio medidos foram relativamente elevados	
Ruído	Níveis de ruído predominantemente inferiores a 50db em período diurno e 45db em período nocturno	

Elemento Estratégico – condições sociais

	Potencialidades	Debilidades
Residentes	Tradição de dinamismo cultural de Almada ao nível das artes plásticas e do espectáculo	Variação negativa da população residente entre 1991 e 2001 com um decréscimo demográfico mais acentuado em Cacilhas
Estrutura Etária		Almada velha é a que se apresenta como a mais envelhecida acima do padrão encontrado nas freguesias de Almada, de Cacilhas e na cidade
Educação		O perfil social da população residente na área em estudo detém um nível médio de escolarização bastante inferior ao registado no restante território da cidade
Emprego		Aumento significativo da população não-activa

2.4. Modelo de Participação Pública Focalizada

Workshop com um dos grupos de actores chave



O processo de elaboração da Visão Estratégica e da proposta global de intervenção nesta área foi ampla e efectivamente participado, de forma focalizada, pelos representantes dos principais actores-chave institucionais e individuais, públicos e privados, por iniciativa da Câmara Municipal de Almada, tal como já foi referido anteriormente. A definição do cenário da Visão Estratégica e da proposta global de intervenção mantiveram-se em aberto durante o período em que decorreram as diversas reuniões e workshop com os grupos de actores-chave.

2.4.1. Metodologia e modelo de participação

Todas as reuniões com os actores chave foram programadas e realizadas em dois tempos.

O primeiro tempo consistiu na apresentação oral dos resultados da análise/síntese da primeira fase do Estudo de Enquadramento Estratégico – Diagnóstico – onde se foram apontando gradualmente as potencialidades e debilidades das várias unidades de estudo

Num segundo tempo foi proposto a todos e a cada um dos participantes, que perspectivassem uma visão pessoal para a(s) área(s) em estudo.

Por fim foram apresentadas, por parte da equipa, uma série de ideias cenários, integrando algumas das sugestões que serviram de teste e permitiram aos participantes vislumbrar um primeiro cenário, que foi em geral muito bem aceite e consensual.

Vista aérea da cidade de Almada



3. Visão Estratégica

3.1. Introdução

As políticas para as cidades: reabilitação, revitalização, crescimento, coesão social e ambiente urbano

O crescente protagonismo e afirmação global das cidades europeias em detrimento dos estados-membros ou das regiões, é justificado pelo facto de estas concentrarem actualmente a grande maioria da população europeia, assim como a parte mais essencial das actividades económicas, de investigação e inovação, apresentando um grande dinamismo económico, social e cultural.

As cidades e as regiões estão, de facto, cada vez mais desconectadas dos seus contextos nacionais, devido às transformações da economia global. Num mundo de economia e cultura globalizadas, a competição entre cidades ganha cada vez mais peso, em detrimento da competição entre países.

Verifica-se hoje que o conceito de competitividade vai mais além da esfera da economia, tendo uma forte ligação às cidades e aos territórios. Os países europeus competem através das cidades, e esta aquisição de maior protagonismo por parte das aglomerações urbanas, tanto na vida política e económica, como social, cultural e mediática, coloca grandes desafios às administrações públicas locais e metropolitanas, relativamente ao desenho e implementação de políticas de desenvolvimento urbano.

De acordo com a Comunicação da Comissão intitulada “Cohesion Policy and cities: the urban contribution to growth and jobs in the regions”, e com as declarações da Comissária Europeia responsável pela Política Regional, Mrs Danuta Hubner¹, «as cidades e metrópoles europeias são hoje protagonistas de pleno direito, dispondo os governos locais de um vasto leque de competências legais e outras, que advêm do seu poder de iniciativa».

As recomendações apresentadas pela Comissão Europeia decorrem de um vasto leque de objectivos que dizem respeito às cidades, e podem resumir-se nos seguintes pontos:

“Reforçar a atractividade das cidades, em termos de transportes, serviços, qualidade ambiental e cultura;

1

“Uma política para as cidades e zonas urbanas”, In “Publico”, 22/07/2006

Consolidar o papel das cidades como pólos de crescimento, promover o espírito empresarial, a inovação e a economia do conhecimento, bem como apoiar as PME;

Melhorar a empregabilidade e diminuir as disparidades entre os bairros e entre os grupos sociais;

Lutar contra a delinquência e o sentimento de insegurança;

Melhorar a governação das intervenções urbanas graças a um planeamento eficaz e ao empenhamento de todas as entidades competentes interessadas;

Desenvolver os mecanismos de engenharia financeira a fim de maximizar o efeito catalizador dos fundos estruturais.”

As mais contemporâneas e vanguardistas política de desenvolvimento urbano à escala local surgem portanto fortemente inter-relacionadas, de modo a contribuírem conjuntamente para a afirmação económica e social das cidades e para a melhoria da qualidade de vida urbana dos seus residentes e visitantes. Estas linhas de política podem resumir-se nos seguintes temas:

- Planeamento e gestão estratégica
- Competitividade urbana e afirmação internacional
- Marketing Urbano
- Requalificação do espaço urbano
- Planos e projectos urbanísticos emblemáticos, ambiciosos e de grande qualidade
- Modernização das infraestruturas urbanas
- Reabilitação e renovação urbana
- Captação de grandes eventos culturais e desportivos

Neste contexto, verifica-se que o sucesso da atractividade das cidades depende em grande medida da sua capacidade de se requalificarem e de se revitalizarem do ponto de vista urbanístico, social e económico.

Acresce ainda que as boas práticas de requalificação urbanística das cidades assentam em projectos integrados e multifuncionais, que se baseiam numa mistura de funções que inclui a construção de habitação e a implantação de actividades inovadoras, de elevado valor acrescentado, baseadas no conhecimento e na criatividade, com uma forte incorporação de tecnologias da informação e das comunicações, que asseguram a revitalização da base económica e são geradoras de emprego muito qualificado.

Pode dizer-se que a renovação urbana de áreas obsoletas e degradadas do sistema industrial das cidades (*brown fields*) é hoje uma prática comum de sustentabilidade urbana, a nível europeu e mundial, que tem resultados muito positivos no

crescimento económico e na revitalização social das cidades, assim como no reforço da sua atractividade e competitividade urbana, contribuindo substancialmente para o aumento da sua projecção internacional.

Em muitos casos, as frentes marítimas e ribeirinhas das cidades, em processo de desindustrialização, têm constituído espaços de oportunidade de excelência para a renovação urbana e relançamento económico, como aconteceu em Bilbao, Glasgow, Londres ou Lisboa.

Essa renovação urbana de áreas obsoletas e degradadas do sistema industrial deverá ser pensada e planeada estrategicamente de forma a garantir uma determinada mistura de funções e actividades que garantam a sustentabilidade económica, social e ambiental, dando origem a espaços modernamente infra-estruturadas e suficientemente atractivos para a progressiva fixação de residentes, de actividades económicas de futuro, fomentando o espírito empreendedor e resultando num aumento da base económica em sectores avançados baseados em conhecimento, criatividade e tecnologia.

A cidade de Almada tem vindo a apostar na renovação urbana de antigas áreas industriais e portuárias desactivadas, localizadas ao longo da frente ribeirinha de Almada Nascente (estaleiros Lisnave - Projecto Margueira), e também, agora, na frente urbana do Cais do Ginjal, integrada no projecto de requalificação da Quinta do Almaraz e Zona Envolverte.

3.1.1. As Cidades Criativas

“Cities across Europe, ..., have become taken with the idea that cultural or creative industries (a term that 20 years ago no one would have understood, and might even have thought offensive) may provide the basis for economic regeneration” (Hall, 2000, p. 640)

“Cidades e regiões têm de ser criativas para acompanhar a mudança tecnológica e atrair a nova classe criativa” (Landry, 2000 and Florida 2002)

“Cities are IQ Magnets...” (Bill Gates, Newsweek, 2006)

“As indústrias culturais desempenham um importante papel na criação de uma imagem urbana de inovação e criatividade, dinamismo e mudança, indispensáveis para a atracção de potenciais investidores” (Castells, 1996)

As cidades buscam oportunidades de desenvolvimento em contextos globalizados da economia e da cultura, à medida a que se assiste a um aumento da importância dos mecanismos intangíveis de valorização e crescimento económico, e a um crescente peso das actividades económicas baseadas no conhecimento, na criatividade e na tecnologia.

A importância da criatividade como factor de crescimento económico e competitividade urbana deu origem ao conceito de *Cidade Criativa*, nas quais se operaram processos de revitalização económica e sócio-urbanística de espaços industriais obsoletos mediante actividades económicas pertencentes a novos sectores produtivos, incluindo as chamadas Indústrias Criativas.

A criatividade é hoje comprovadamente o principal motor do crescimento económico dos países mais desenvolvidos e também de muitos países em desenvolvimento, de tal modo que alguns autores defendem que estamos perante a nova “Idade Criativa” a qual está sobrepor-se a uma já ultrapassada “Idade Industrial”.

Actualmente são reconhecidas as ligações e relação entre capital criativo, qualidade de vida e competitividade, e este reconhecimento teve como resultado o considerar-se as Indústrias Criativas um factor económico sério que deve ser ponderado na questão da viabilidade das cidades. De facto, a competitividade urbana baseia-se cada vez mais na criatividade e na aptidão para tornar essa criatividade em negócio e lucro.

A criatividade é hoje o motor do crescimento económico nas principais cidades europeias e um bem que tem de ser permanentemente renovado e cultivado através de uma definição clara de novas estratégias.

3.1.2. As Indústrias Criativas e a competitividade urbana

As **actividades económicas baseadas na criatividade e na tecnologia, as designadas Indústrias Criativas**, podem ser definidas, de acordo com o *Department of Culture, Media and Sport, do Reino Unido*, citado no Plano Tecnológico do Governo Português², como:

“todas as actividades que têm a sua origem na criatividade, competências e talento individual, com potencial para a criação de trabalho e riqueza através da geração e exploração da propriedade intelectual”.

Segundo aquele organismo, os sectores-chave identificados que correspondem a esta definição são os seguintes:

- Publicidade
- Arquitectura
- Mercado de Artes e Antiguidades
- Design
- Moda
- Filmes, Vídeos o outras produções audiovisuais
- Design Gráfico
- Software Educacional e de Lazer
- Música ao Vivo e Gravada
- Artes Performativas e Entretenimento
- Difusão através da Televisão, Rádio e Internet
- Escrita e Publicação

²

Unidade de Coordenação do Plano Tecnológico – Documento de Trabalho nº 8, p. 6

As **actividades económicas** relacionadas com o **património cultural**, o **turismo** e os **museus**, são também referidos como estando próximos das Indústrias Criativas.

As **Indústrias Criativas têm ainda a capacidade de funcionar como catalizadores de outras actividades económicas**, incluindo o comércio especializado e não especializado e diferentes actividades de serviços avançados às empresas. Deste modo, pode dizer-se que são sectoriais, porque interligam as indústrias de media e informação (nas suas componentes hardware e software) e os sectores da cultura, das artes e do audiovisual.

São igualmente **trans profissionais**, pois agregam profissionais qualificados de diversos domínios de trabalho intelectual/criativo (artes visuais, ofícios, vídeos, música, escrita, etc. .), o que permite o desenvolvimento de bens e serviços de elevado valor acrescentado, através do aproveitamento de novas oportunidades para o uso de novas tecnologias.

As actividades incluídas nas Indústrias Criativas são também **trans governamentais**, no sentido em que envolvem uma extensa e complexa rede de participantes interessados (*stakeholders*), em domínios de governação como a Cultura, Comércio, Indústria e Educação, entre outros, para a criação e implementação de políticas mais integradas e orientadas para o cidadão.

Pode dizer-se que todos os projectos estratégicos para as cidades que visam a revitalização socio-urbanística e o fomento da competitividade urbana, estão orientados para aspectos centrais da argumentação das cidades criativas:

- Produção de um ambiente urbano atractivo e de grande qualidade
- Projectos de arquitectura emblemáticos e inovadores
- Equipamentos culturais e eventos

Nos EUA, por exemplo, as indústrias criativas crescem o dobro das restantes e são um dos grandes motores do crescimento da economia, sendo também o principal factor de crescimento económico no Reino Unido, representando mais de 5% do PIB daqueles países, de acordo com dados da ONU.

Acresce ainda que as indústrias criativas são geradoras de volumes crescentes de emprego qualificado. Entre 25 a 30 % dos trabalhadores dos países mais industrializados do mundo trabalham no sector criativo em diversas áreas do conhecimento, tais como a economia, as ciências, as engenharias, as indústrias de base tecnológica, as artes, a música, a cultura, o design, etc.

As Indústrias Criativas têm um enorme potencial de crescimento que pode ser usado para tornar as cidades mais competitivas e desenvolver novas oportunidades em contextos territoriais de renovação e revitalização urbana. O sucesso das cidades e da economia urbana futura vai depender da sua capacidade para atrair a nova Classe Criativa, que é jovem e possuidora de elevada mobilidade.

3.2. Quinta do Almaraz e zona envolvente

A abordagem clássica do planeamento urbano e a linguagem tradicional dos projectos integrados de estruturação ou renovação urbanística apontam para a distinção de usos do solo entre Usos Dominantes, Usos Associados e Usos Compatíveis.

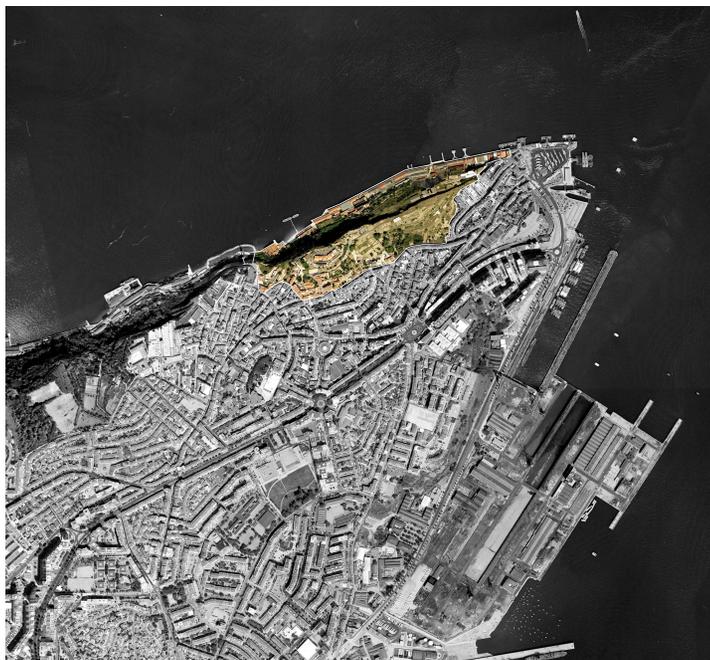
Aqui, no entanto, esta abordagem não faz grande sentido. Se pensarmos, por exemplo, que o uso dominante que se pretende para esta área é o lazer e a cultura, essa opção será sempre redutora, pois não vai ao encontro dos anseios e das necessidades da população que se pretende atrair e fixar nesta área.

Assim, adopta-se o conceito de **Uso Motor**, como sendo aquele **que cria dinâmica de desenvolvimento e que alavanca o desenvolvimento de outras actividades**. Tal como num centro comercial existe uma ou duas lojas-âncora, que funcionam como pólo de atracção e dinâmica comercial, sendo portanto o motor para o aparecimento de outras lojas e actividades, também no espaço urbano cada vez mais se fala em usos motores que criam dinâmicas de atracção de outros usos associados e usos compatíveis.

No estabelecimento desta estratégia, é fundamental atender à envolvente e aos usos concorrenciais, como por exemplo o projecto da Margueira em Almada Nascente, onde o uso dominante previsto é a habitação, com uma oferta muito vasta, com os seus usos associados de comércio, serviços ou a reserva de espaços para grandes equipamentos públicos satisfazendo desde logo as carências desse tipo de equipamentos.

Ao nível da habitação, o mercado imobiliário é marcado por uma estabilização e abrandamento da curva especulativa e por uma grande concorrência dos produtos habitacionais, existindo um excesso de oferta dos produtos tradicionais, quer de habitação quer de escritórios convencionais.

Relativamente ao ócio e lazer e aos espaços de bares, restaurantes e discotecas, a concorrência da cidade de Lisboa é muito forte, e juntando a oferta prevista no projecto de Almada Nascente (Margueira), então este também não se afigura como um uso dominante aconselhável para esta área.



Quinta do Almaraz e zona envolvente

O cenário a delinear deverá ser equilibrado e multifuncional, permitindo que este espaço seja vivido de manhã, à tarde e à noite e sobretudo que seja sustentável do ponto de vista da rentabilidade económica, pois os investimentos público-privados terão de ser avultados e os financiamentos a fundo perdidos ou os mecenatos não existem ou são muito escassos.

A sustentabilidade da proposta global de intervenção também depende do grau de consenso criado em torno das soluções e propostas apresentadas, para que estas sejam do interesse de todos os parceiros e actores interessados, nomeadamente a CMA, os proprietários e a população local.

Por outro lado, a proposta global definida deverá permitir:

- Incorporar e desenvolver o potencial arqueológico da Quinta do Almaraz
- Resolver os problemas de acessibilidades ao Cais do Ginjal e à Quinta do Almaraz;
- Criar uma zona de excelência no cais do Ginjal, qualificada e muito atractiva para a população jovem e para a classe média, valorizando o espaço público e a memória do local.
- Promover a reabilitação do património de arqueologia industrial do Ginjal
- Inverter o declínio social e económico da área em estudo do Castelo
- Promover a reabilitação e revitalização urbana do núcleo histórico da área em estudo do Castelo
- Suprir as necessidades de infraestruturas urbanas básicas de saneamento, iluminação, abastecimento de água, energia, etc.;
- Resolver o problema da segurança, emergência e protecção civil, recolha de resíduos sólidos urbanos, cargas e descargas, estacionamento, etc., para a globalidade da área;

A solução global de desenvolvimento urbano a adoptar deverá ser marcada pelo equilíbrio e bom senso, e terá tanto maior êxito quanto mais se diferenciar ao nível da habitação, dos equipamentos e dos serviços, que deverão estar orientados para **“nichos” não concorrenciais no contexto da AML.**

Assim, partindo dos pressupostos anteriormente enunciados, propõem-se três usos motores diferentes e complementares, uma âncora para mobilizar o desenvolvimento de cada área de intervenção:

3.2.1. Quinta do Almaraz

Uso Motor: a Arqueologia - Centro de Interpretação do Sítio Arqueológico da Quinta do Almaraz (CISAQA)

Usos Associados e Compatíveis: Habitação para jovens em regime de aluguer, Comércio local, Serviços e Equipamentos (Centro de dia da 3ª idade).



Quinta do Almaraz – Uso Motor, Usos associados

O cenário proposto para a Quinta do Almaraz tem como elemento aglutinador, a construção, no coração do Almaraz, de um **Centro de Interpretação do Sítio Arqueológico da Quinta do Almaraz** que faz justiça a um dos mais importantes sítios arqueológicos portugueses no que se refere à ocupação fenícia, importância que deve ser projectada quer nacional, quer internacionalmente. Esta opção permite que o rico e diversificado património móvel e imóvel já recolhido, e a recolher em futuros trabalhos arqueológicos, seja divulgado e interpretado sobre o sítio, numa perspectiva didáctica que abranja os não especialistas.

O CISAQA terá como objectivo promover o conhecimento, a investigação e a divulgação do património arqueológico da Quinta do Almaraz, pretendendo-se:

- Auxiliar os visitantes e a população do Concelho de Almada a compreender o espaço em que se encontram, oferecendo-lhes simultaneamente uma justificação para a sua conservação;
- Promover o Turismo de Cultural de modo a permitir conciliar a preservação dos valores patrimoniais e arqueológicos com o desenvolvimento de uma actividade turística sustentável;
- Desenvolver programas de Educação arqueológica, cultural e patrimonial para crianças e jovens e outros grupos específicos;
- Que actividade deve o Centro de Interpretação desenvolver:
- Acompanhamento de visitas de estudo à Quinta do Almaraz de alunos de todos os níveis de ensino, onde se debatam temas como Património, Arqueologia em geral, e Arqueologia do Mediterrâneo e Arqueologia fenícia e romana em particular;



- Organização de oficinas temáticas, onde as crianças e jovens desenvolvam actividades que exploram a vertente arqueológica;
- Organização e participação, com outras entidades, na realização de cursos, conferências e colóquios;
- Desenvolvimento e acompanhamento de projectos de Educação no âmbito do Património Cultural, em colaboração com as escolas do Concelho;
- Edição de um boletim informativo com periodicidade trimestral.

O CISAQA deve, assim, constituir-se como um local privilegiado para a informação e divulgação cultural da população, permitindo o desenvolvimento de actividades de Educação patrimonial, Interpretação arqueológica e Turismo cultural potenciando a participação dos cidadãos nas questões patrimoniais.

Os conteúdos deste centro deverão, através de meios de multimédia e didácticos, explicar de forma sugestiva e interessante a problemática da expansão fenícia para Ocidente, e, naturalmente da ocupação de Almaraz nesse mesmo contexto.

O Centro deverá também contar com uma área de reserva de materiais, onde ficarão depositados os espólios já existentes e os que venham a ser recolhidos.

Anexa a esta área é necessário um pequeno laboratório de restauro, onde os artefactos possam ser devidamente tratados e eventualmente restaurados e recuperados. Estas duas componentes poderão localizar-se num piso inferior.

No piso superior, deverá existir uma exposição permanente (com peças, e material gráfico) onde se explicará o sítio e o seu contexto mediterrâneo e peninsular e que poderá conter as seguintes vertentes:

- Os fenícios e o seu âmbito cronológico
- Os fenícios no Oriente
- A expansão e a colonização do Mediterrâneo
- Os fenícios na península Ibérica
- Almaraz

Acresce ainda um Centro de Documentação e uma área destinada a exposições temporárias, bem como uma recepção, áreas de descanso, sanitários e balcão de vendas. Deverá integrar ainda espaços reservados à gestão do sítio e de apoio à guardaria e aos trabalhos de arqueologia. A intervenção deve pensar a segurança daquele espaço no futuro.

Parte destas áreas, concretamente as que se relacionam com a gestão do sítio (gabinetes) e o apoio aos trabalhos arqueológicos poderão localizar-se na **Casa da Quinta do Almaraz**, devendo para tal ser considerada uma integração do edifício existente com a nova construção proposta.

O edifício globalmente deverá ocupar uma área total de 4500 a 5500 m² (ver extracto da planta de usos – 7) e poderá ser implantado sobre os vestígios e estruturas arqueológicas expostas, mediante a construção de estruturas leves, de plano horizontal e fundadas de forma a adaptar-se ao espólio arqueológico, inclusivamente efectuando a sua musealização após as campanhas arqueológicas e escavações. Os arranjos exteriores podem ser efectuados em total sintonia e articulação com os percursos de visita das instalações musealizadas.

A construção deste Centro de Interpretação deverá avançar em simultâneo com a requalificação arqueológica das estruturas já postas a descoberto na Quinta do Almaraz. É com efeito importante que, nos terrenos mais próximos do CISAQA, se possa reconstituir a paisagem natural e humana existente no 1º milénio a.C.. Como se referiu, a vertente didáctica e a vertente científica e patrimonial estão intimamente relacionadas, e apenas em conjunto poderão proporcionar uma observação e um conhecimento de qualidade aos futuros visitantes.

Este uso está perfeitamente integrado e permite várias complementaridades com os usos das indústrias criativas e turismo que se preconizam para as outras áreas.

Para além da construção do Centro de Interpretação do Sítio Arqueológico da Quinta do Almaraz, o cenário proposto tem como objectivo resolver os problemas da envolvente imediata, como sejam o estacionamento escasso, anárquico e abusivo, o declínio social e económico e a inexistência de ligações. Assim, propõe-se também:

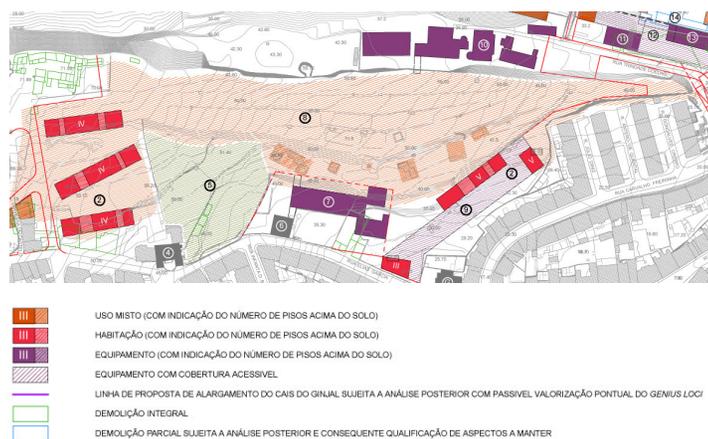
A construção de edifícios para **residências** de estudantes ou de **habitação** direccionada para **jovens estudantes universitários** (ver extracto da planta de usos – 2), implantados exclusivamente acima do solo, na periferia do Almaraz e comercializados a custos controlados ou em modalidades inovadoras para incentivar os jovens estudantes a prosseguirem a sua formação avançada.

Sabemos que o final de uma licenciatura e a iniciação no mundo da investigação é uma fase da vida muito sensível e difícil na vida de um estudante, na qual sofre pressões para se emancipar e começar a trabalhar, abandonando os estudos, não havendo em muitos casos possibilidades de estabilizar economicamente uma vida e fazer uma aposta na continuidade dos estudos.

Desta forma, pretende-se para este local a construção de alguns edifícios de habitação, que assegurem a ajuda a um grupo concreto de cidadãos. Pretende-se promover habitação para jovens, mas numa modalidade completamente inovadora, ou seja, habitação destinada aos jovens que mostrem uma mais valia técnica atribuindo rendas simbólicas e que vão sendo actualizadas à medida que se vai dando a inserção no mundo do mercado do trabalho.

São habitações que funcionam de forma “rotacional” trazendo jovens numa modalidade de “**Alta Rotatividade**”. Trata-se portanto de um regime de aluguer para um período concreto e a baixo custo. Atribuído em conformidade com a sua situação económica, sua mais valia técnica e o seu aproveitamento.

Extracto da Planta de usos



A construção/localização destes edifícios será implantada de forma a salvaguardar a hipótese de existência de espólio arqueológico, serão construções sem cave, dando a título de exemplo as “Consejerias de Merida” do arquitecto Juan Navarro Baldeweg ou o museu de arqueologia do arquitecto Raphael Moneo. O estacionamento destas habitações será assegurado pelo silo automóvel do Almaraz.

Reabilitar a **Quinta dos Ingleses**, adequando o edifício existente a um **Centro de dia da 3ª idade** ao serviço da comunidade mais idosa, valorizando o jardim e interligando-o com a construção de espaços verdes e de lazer a valorizar e a oferecer às freguesias de Cacilhas e Almada (ver extracto da planta de usos – 4 e 5).

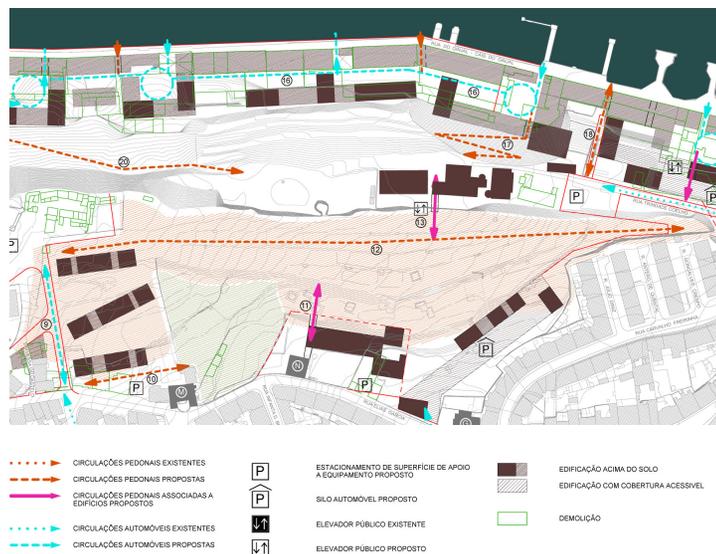
A construção de um **silo automóvel** permitirá resolver o problema do estacionamento abusivo nas ruas da envolvente a Sul da Quinta do Almaraz e garantir alguma oferta de estacionamento para a restante área. Com este silo, corrige-se o espaço tardo dos edifícios da Rua Carvalho Freirinha que estão implantados neste local, resolvendo a questão do desnível acentuadíssimo hoje existente e oferecendo um logradouro mais generoso a estes habitantes (ver extracto da planta de usos – 9).

O silo servirá de pretexto para implantação de mais uma praça na cota que corresponde à sua cobertura e que proporciona a utilização pública deste espaço.

A gestão deste equipamento, na fase de construção e de exploração deverá ser de ordem pública/privada de forma a garantir a sua implementação e eficácia naquilo a que se propõe.

Criação de uma nova via de acesso ao sítio do Castelo de Almada compatível com o equipamento a localizar neste local (ver extracto de planta de mobilidades) e permitindo igualmente fazer o acesso às novas construções a implementar na área da quinta do Almaraz. A construção desta via implica algumas alterações de carácter urbanístico, a analisar no desenvolvimento do plano de pormenor, mas afigura-se como essencial para a viabilização da ocupação proposta.

Extracto da Planta de mobilidades



Quadros de áreas da situação actual e do cenário proposto

USOS EXISTENTES	N.º UNIDADES	EDIFICABILIDADE EXISTENTE *
HABITAÇÃO A SUBSTITUIR	32 HABITAÇÕES	2.575,00
HABITAÇÃO DEVOLUTA	-	636,80
COMÉRCIO/SERVIÇOS	-	388,65
CASA QUINTA DOS INGLESES		882,40
CASA DA QUINTA DO ALMARAZ	-	390,00
TOTAL		4.484,20

USOS PROPOSTOS	N.º UNIDADES	EDIFICABILIDADE PROPOSTO *	%
USO MOTOR : CASA DA QUINTA DO ALMARAZ CENTRO DE INTERPRETAÇÃO (a)		5.000,00	28,37
HABITAÇÃO REALOJAMENTO**	32 HABITAÇÕES	2.575,00	14,61
HABITAÇÃO PROPOSTO/SOCIAL	85 HABITAÇÕES	8.750,00	49,65
CASA DA QUINTA DOS INGLESES – CASA DA 3ª IDADE	30	1.300,00	7,38
TOTAL		17.625,00	100
SILO AUTOMÓVEL	500 LUGARES	15.000,00	

*A edificabilidade estimada resulta do cálculo de volumetria existente traduzida em m2 de edificado supondo uma diferença de cotas entre pisos de 3,00m

3.2.2. Cais do Ginjal

Uso Motor: as Indústrias Criativas – Uma Escola Internacional de Artes (ex. Saint Martin's College) e um Centro de Indústrias Criativas do Ginjal

Usos Associados e Compatíveis: Espaços empresariais modernos e flexíveis, residências, ateliers, espaços culturais, comercio especializado, restauração, habitação jovem.



Cais do Ginjal – Uso Motor, Usos associados

Pretende-se que o uso motor associado a este espaço seja as Indústrias Criativas, pois é reconhecido o seu potencial crescimento e de criação de riqueza e emprego qualificado, contribuindo para uma rápida renovação da competitividade urbana das cidades.

Julga-se que as **indústrias criativas** são sem dúvida o uso motor certo para viabilizar a reabilitação e revitalização do Cais do Ginjal, concentrando aí diferentes tipos de actividades criativas e culturais, as quais muitas delas já estão presentes em Almada, e ancoradas numa escola internacional de Artes, como por exemplo a St Martin's School, que pelas suas características e importância a nível mundial, permite obter mais valias económicas de relevante importância e atrair toda uma série de actividades, negócios e serviços associados.

Através de uma escola internacional com estas características é possível trazer estudantes de diferentes locais do mundo, sobretudo de países fora da UE, para estudar em Lisboa, no Ginjal, e garantir também uma ligação directa ao pólo universitário da Universidade Nova e mesmo aos Campus Universitários de Lisboa uma vez que a importância da distância/tempo é muito relevante dada a facilidade com que se pode chegar à outra margem e mesmo ao centro da cidade de Lisboa.



A concentração é uma palavra-chave no contexto de desenvolvimento das Indústrias Criativas, pelo que ao nível do desenho urbano, propõe-se uma implantação da malha urbana que se faz sempre tendo em conta a topografia do terreno, garantindo a segurança da arriba e as acessibilidades ao local, e que permita criar espaços e condições de estadia atractivos, destinados a atrair e agregar a classe criativa, designadamente:

- Espaços de exposições
- Ateliers
- Galerias
- Open studios
- Mercado de artes
- Escola de artes
- Oficinas
- Plateau
- Espaços de incubadoras de empresas e projectos empresariais
- Espaços e estudos multimédia
- Equipamentos e espaços multifuncionais e polivalentes para cinema, teatro e exposições
- Residências de artistas

Paralelamente há a necessidade de trabalhar na promoção de uma série de eventos culturais programados e que se distribuem ao longo de todo o ano, valorizando toda a área e atraindo públicos e pessoas de Lisboa, de toda a área metropolitana e até de países estrangeiros, que vêm especialmente a este local participar em iniciativas e usufruir destes espaços e da vivência cultural que lhe é inerente. Este uso motor é mutuamente complementar da arqueologia que se propõe para o desenvolvimento da Quinta do Almaraz.

Uma das primeiras intervenções a desenvolver de **melhoria da acessibilidade** ao Cais do Ginjal, para que seja possível garantir a circulação do trânsito, ainda que condicionado aos veículos autorizados, de cargas e descargas e de emergência e limpeza urbana, seria um alargamento do cais variável entre os 4 a 4,5 metros, mediante a construção de uma estrutura balanceada, fundada na parte mais recuada do cais, e demolição dos dois primeiros edifícios, sem valor patrimonial, situados na “entrada” do Ginjal, de forma a permitir um acesso franco a toda a área.

Esta estrutura será desenhada respeitando as memórias do lugar, ou seja, prevendo pequenos artificios urbanísticos que deixarão vislumbrar pontualmente as antigas estruturas em pedra ao longo do cais, criando espaços especiais ao nível do passeio pedonal. Prevê-se também manter alguns dos objectos ferrugentos de apoio ao Cais, preservando e respeitando o *Genius Loci*.

Este **aumento da largura do cais** permitirá o retorno destes veículos em segurança mas também procurar fomentar a circulação de peões, formando um sistema de passagem na lógica de passeio ribeirinho, onde se dá prioridade à segurança e liberdade do peão relativamente à fluência do tráfego proporcionando a sensação de segurança e conforto.

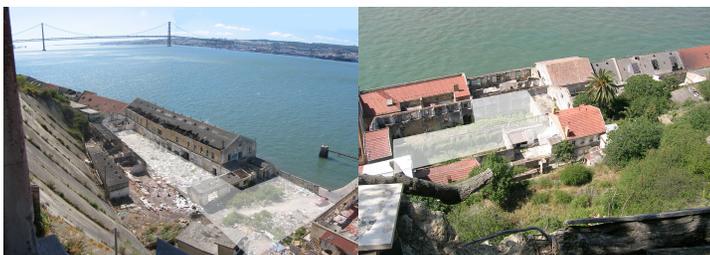
Nesta área as infraestruturas urbanas básicas são determinantes, pois terão de ser construídas com grande qualidade, necessariamente com custos iniciais elevados, mas com baixos custos de manutenção.

Outra medida fundamental é a **construção do silo automóvel do Ginjal** com capacidade para cerca de 600 lugares que vence e resolve o desnível entre a cota alta e a cota baixa na zona nascente do cais. O silo automóvel pretende dar a resposta à procura dos lugares de estacionamento obrigatórios para o desenvolvimento estratégico do cais do Ginjal. O silo terá de possuir uma capacidade tal que possa compensar o estacionamento que normalmente se faz na via pública e que neste caso com as características que apresenta não é de todo possível nem interessante.

Para permitir as condições de retorno das viaturas e a criação de espaços públicos de qualidade, abrigados dos ventos de Norte e vividos pela população, propõe-se a abertura de praças interiores, com passagens interiores que ligam fisicamente e visualmente esses mesmos espaços, formando espaços públicos agradáveis e de grande qualidade, arborizados e com mobiliário urbano original, onde se poderia exhibir na rua a arte urbana com qualidade ou realizar um mercado de artes de fim-de-semana em paralelo com o mercado das galerias. As vistas de Lisboa e do estuário do Tejo apelam certamente à pintura e à criação artística e este local apresenta características muito propícias para um mercado desta natureza.

Durante estes percursos o peão tem possibilidade de usufruir de uma vista deslumbrante sobre Lisboa e de uma enorme variedade de espaços de convívio, ou seja, praças com respectivas zonas de lazer, promovendo também habitação, comércio local e serviços de apoio para além de todas as actividades criativas descritas anteriormente, tornando os espaços apetecíveis de encontro, de confluências e de atravessamento, intensamente vividos e utilizáveis de múltiplas maneiras. Serão suficientemente acolhedores para proporcionar “nichos” de repouso e tranquilidade gerando uma atractividade muito elevada e elevando a qualidade vivencial do Ginjal.

As acessibilidades ao Cais do Ginjal não permitem equacionar o seu desenvolvimento de acordo com um modelo semelhante ao das Docas de Santo Amaro, ou do Parque das Nações, em Lisboa. Tem de ser equacionada a mobilidade e o perfil sócio-profissional da população que se pretende atrair. Os perfis de população jovem académica, e de procura cultural e turística são aqueles que permitem atrair população e revitalizar o Ginjal, reduzindo o efeito de “ilha isolada” e promovendo o maior número de ligações possível com a envolvente e com uma forte ligação a Lisboa.





Actual Casa da Juventude e Centro Paroquial – Construção do novo silo automóvel

Para além destas intervenções, seria necessário efectuar um estudo de tráfego e circulação para esta zona, e resolver algumas situações pontuais como a demolição da Casa da Juventude e construção do **siló automóvel**, com elevador, e no topo do qual se reinstalem a nova **Casa da Juventude** e o **Centro Paroquial de Almada**, com uma praça/zona de estadia e miradouro, resolvendo localmente as questões relacionadas com a acessibilidade/estacionamento, e dando também uma nova possibilidade de acesso pedonal à zona da Quinta do Almaraz, fazendo localmente a ligação entre a parte baixa do cais e a parte alta da arriba.

Extracto da Planta de usos



Com a concentração de espaços associativos, exposições, mercado de artes, escola de artes, espaços de incubadoras de empresas para as artes, espaços multimédia, espaços multifuncionais onde será possível articular várias actividades culturais: o cinema, o teatro e exposições e até mesmo a promoção de uma série de eventos culturais programados e que se distribuem ao longo de todo o ano, é possível valorizar toda a zona e ter até mesmo a capacidade de atrair pessoas de Lisboa que vêm especialmente para este local usufruir destes espaços e da vivência cultural que lhe é inerente permitindo não só a fomentação e o reforço dos “laços” de sociabilização entre as pessoas como também a aproximação dessas mesmas pessoas à cultura.

A implantação da malha urbana faz-se sempre tendo em conta o modelado do terreno existente através de um processo interactivo em que a orografia, mais do que uma condicionante, é aqui neste local um desafio estimulante de soluções que podem confrontar-se com o relevo natural. Para que tudo isto seja possível, é necessário promover um desenho urbano com espaços de estadia atractivos e também garantir quer a segurança à arriba quer as acessibilidades ao local. No entanto importa referir que a intervenção no edificado existente, deve respeitar e preservar o alçado virado ao rio, reforçando e potenciando as suas características mais válidas.

Pretende-se dinamizar um “laboratório natural” - **Centro de Estudos da Arriba** - que aproveite as singularidades e o enquadramento geológico e geotécnico da Quinta do Almaraz. Este laboratório deverá em especial aproveitar a arriba e a sua relação com o Cais do Ginjal e as restantes estruturas adjacentes, para desenvolver projectos de determinação e avaliação de risco de quedas de blocos e proceder à caracterização específica para cada zona. Para dar continuidade a tal ideia será assim preciso criar uma relação de simbiose em que grupos de alunos/investigadores actuem ao longo de todo o comprimento da encosta desenvolvendo projectos de investigação tais como a monitorização da encosta e seus fenómenos mais relevantes, a sua litologia, novas propostas de previsão de danos e erosões e testar eventualmente algumas soluções de reforço e protecção da arriba, fornecendo assim um estudo activo e permanente da encosta.

Quadros de áreas da situação actual e do cenário proposto

USOS	EDIFICABILIDADE EXISTENTE *
MISTO DE OCUPAÇÃO	52967,5
ANTIGA FÁBRICA COTA INTERMÉDIA	2.825,00
EQUIPAMENTO CENTRO PAROQUIAL	1.302,00
EQUIPAMENTO CASA DA JUVENTUDE	1.395,00
TOTAL	58.489,50

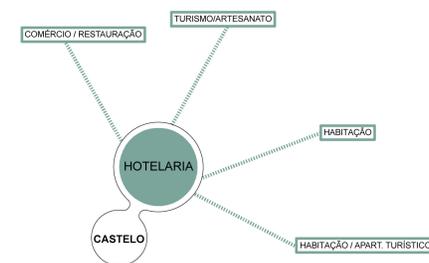
USOS PROPOSTOS	N.º UNIDADES	EDIFICABILIDADE PROPOSTO *	%
USO MOTOR : INDUSTRIAS CRIATIVAS		8.000,00	13,41
HABITAÇÃO	90 HABITAÇÕES	14.900,00	24,98
HOTELARIA		6.000,00	10,06
RESIDENCIAS/APARTAMENTOS TURISTICOS	70	9.000,00	15,09
COMÉRCIO/SERVIÇOS		14.500,00	24,31
EQUIPAMENTO/ANTIGA FÁBRICA COTA INTERMÉDIA		4.000,00	6,71
EQUIPAMENTO CENTRO PAROQUIAL	1	1.350,00	2,26
EQUIPAMENTO CASA DA JUVENTUDE	1	1.395,00	2,34
EQUIPAMENTO CENTRO DE ESTUDOS DA ARRIBA	1	500,00	0,84
TOTAL	-	59.645,00	100
SILO AUTOMÓVEL	600 LUGARES	19.000,00	

* A edificabilidade estimada resulta do cálculo de volumetria existente traduzida em m2 de edificado supondo uma diferença de cotas entre pisos de 3,00m

3.2.3. Almada Velha (Castelo)

Uso Motor: a Hotelaria e turismo – Uma unidade hoteleira singular.

Usos Associados e Compatíveis: comércio, habitação, restauração, lazer, cultura



Almada Velha (Castelo) – Uso Motor, Usos associados

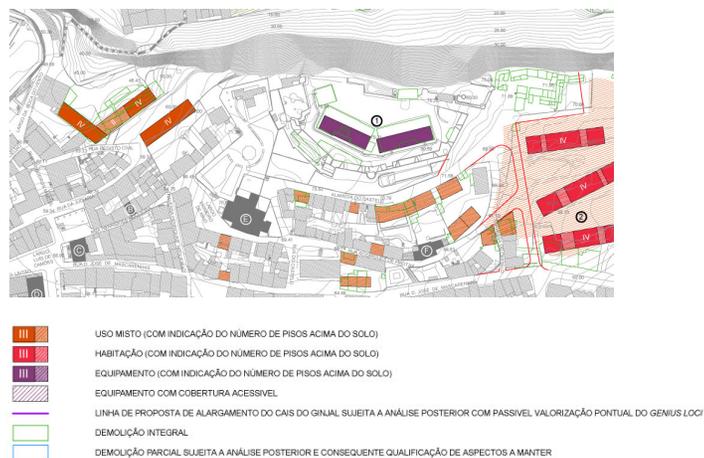
A intervenção proposta para o núcleo de Almada Velha e Castelo é fortemente baseada na reabilitação urbana do edificado, na revitalização e promoção do comércio local, na qualificação dos espaços públicos, na resolução de algumas ligações viárias, e, sobretudo, na construção de uma unidade hoteleira de características singulares nas actuais instalações do quartel da GNR (Castelo).

Sendo o uso motor a hotelaria e turismo, o cenário proposto contempla a desactivação total das instalações militares que se encontram numa localização totalmente desajustada das necessidades operacionais actuais desta força militar e a instalação aí da referida unidade hoteleira de prestígio, de baixa densidade e capacidade limitada.

Propõe-se, por outro lado, incentivar a meteorização desta actividade pela área envolvente do mesmo, através de outras pequenas unidades de exploração turística como quartos dependentes da instalação no Castelo, ou apartamento turísticos autónomos. Este tipo de estratégia, implementada de forma natural em centros históricos de outras cidades europeias, pode e deve ser incentivado pelas autoridades locais.

Ainda relacionado com o uso hoteleiro poderão surgir outros tipos de actividades ou serviços como seja uma ligação fluvial privada de qualidade (táxi boat), para outros locais na frente ribeirinha de Lisboa, como a zona monumental de Belém, o Terreiro do Paço ou o Parque das Nações. Actividades complementares como pequeno comércio (artesanato, restauração), são também desejáveis.

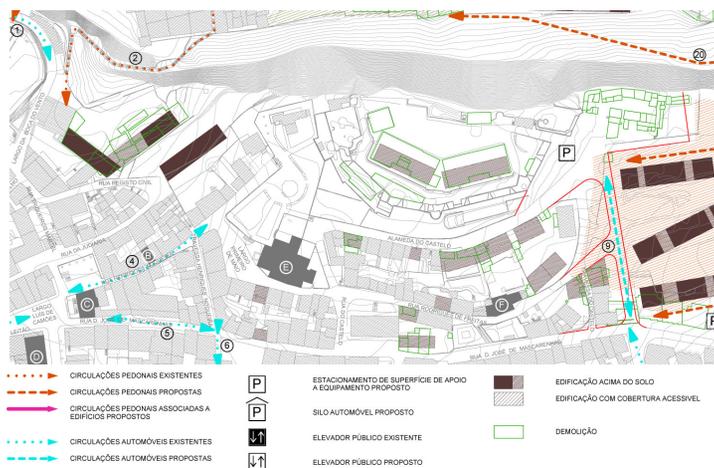
Extracto da Planta de usos



Aliado ao uso motor, o uso habitacional continua a assumir um papel preponderante nesta área, propondo-se que seja orientado para o arrendamento e para a oferta de habitação a estudantes universitários, pois a sua fixação poderia contribuir com público e mão-de-obra para diversas actividades económicas e culturais a implementar.

A concretização do cenário passa pela realização de estudos pormenorizados para cada unidade/quarteirão em que se avaliam as possibilidades de intervenção, com o objectivo de garantir a preservação do ambiente de núcleo histórico. As intervenções actuais dever-se-ão pautar pela leitura da sua contemporaneidade, respeitando e adequando-se às preexistências.

Extracto da Planta de mobilidades



Quadros de áreas da situação actual e do cenário proposto

USOS	EDIFICABILIDADE EXISTENTE *
HABITAÇÃO	11.881,40
COMÉRCIO/SERVIÇOS	1.029,29
EQUIPAMENTO DE CULTO RELIGIOSO	808,50
EQUIPAMENTO PÚBLICO	2.865,71
EQUIPAMENTO SOCIAL (JARDINS INFÂNCIA)	1.856,30
EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA	1.344,73
TOTAL	19.785,93

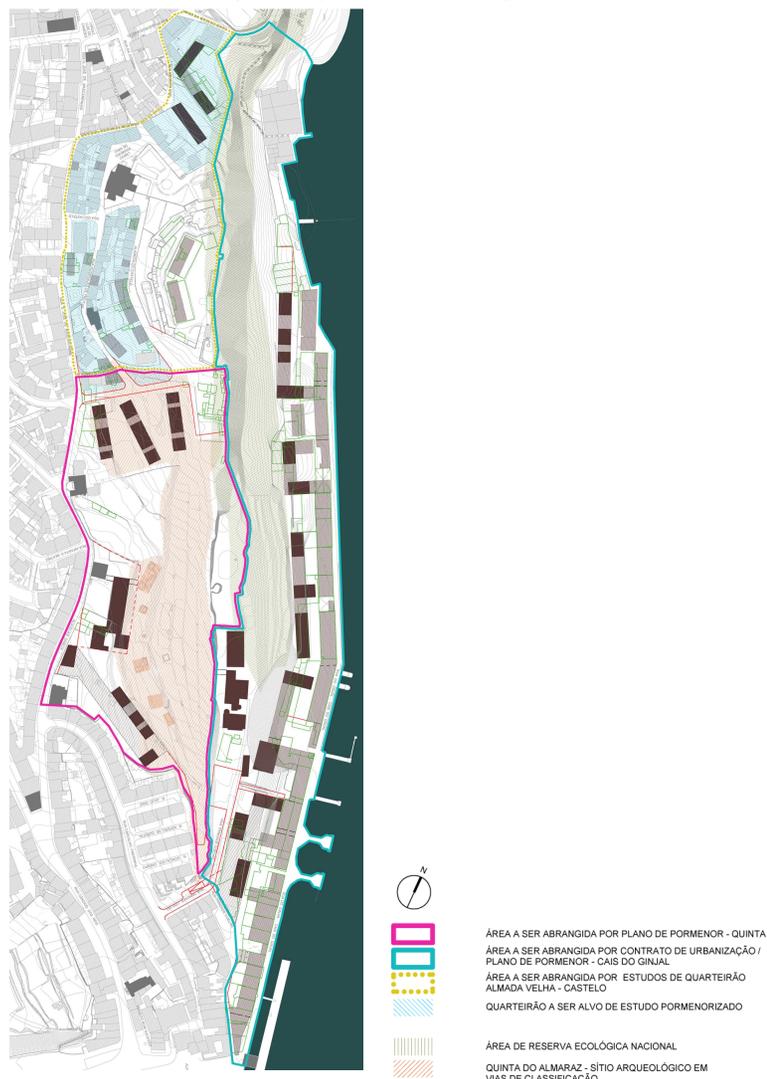
USOS PROPOSTOS	EDIFICABILIDADE PROPOSTO *	%
USO MOTOR : UNIDADE HOTELEIRA	2.200,00	9,27
TURISMO DE HABITAÇÃO	900,00	3,79
HABITAÇÃO	13.163,00	55,49
COMÉRCIO/SERVIÇOS	1.929,29	8,13
EQUIPAMENTO DE CULTO RELIGIOSO	808,50	3,41
EQUIPAMENTO PÚBLICO	2.865,71	12,08
EQUIPAMENTO SOCIAL (JARDINS INFÂNCIA)	1.856,30	7,82
TOTAL	23.722,80	100

*A edificabilidade estimada resulta do cálculo de volumetria existente traduzida em m2 de edificado supondo uma diferença de cotas entre pisos de 3,00m

3.3. Síntese de objectivos e acções das conclusões do estudo de enquadramento estratégico

Objectivos	Acções
Promover a articulação e coerência entre as diversas Unidades que integram o Estudo de Enquadramento Estratégico	Criação de um espaço edificado coerente com volumetrias e desenho urbano que não possuam grandes discrepâncias e que esteja articulado entre si ao longo de toda a área de intervenção e sua envolvência; Melhoramento estruturas viárias que passa pelo alargamento das faixas de rodagem e repavimentação de algumas vias que se encontram em mau estado de conservação oferecendo aos veículos melhor capacidade de estacionamento/circulação e segurança/mobilidade à população que se desloca pelos passeios e que tornem o sistema viário mais eficaz;
Promover a criação de uma estrutura viária eficaz e articulada com a respectiva envolvência	Criação de dois Silos automóveis com capacidade satisfazer as necessidades da proposta e de absorver muito do estacionamento abusivo que se verifica actualmente no local;
Promover e garantir o bom funcionamento das infraestruturas ao nível do Subsolo	Criação de estações elevatórias em pontos estratégicos das redes de abastecimento de água e esgotos.
Promover a autonomia funcional da área do plano	<p>Criação de um Centro de Arqueologia na Quinta do Almaraz;</p> <p>Promoção de habitação destinada a uma específica camada jovem da população;</p> <p>Promoção cultural através da instalação de uma escola de artes de renome internacional;</p> <p>Dinamização e qualificação da actividade cultural de Almada com a concentração dessas mesmas actividades no ginjal, dotando-as de espaços próprios com a qualidade que lhes é conferida;</p> <p>Dinamização e qualificação do comércio e serviços de acordo com as carências diagnosticadas, em zonas estratégicas com vocação preferencial e adaptadas ao mercado existente;</p> <p>Dinamização da actividade hoteleira com a criação de um Hotel de alta qualidade na zona do Castelo;</p> <p>Implementação de uma rede de espaços públicos planeados, de dimensões variáveis de acordo com as características da população que pretendem servir, fortemente articulados e com uma continuidade reforçada pela sua associação a outras actividades quotidianas da população e tendo em conta as carências diagnosticadas;</p> <p>Criação de espaços propícios para o lazer e convívio da população;</p> <p>Implementação de Indústrias Criativas no Ginjal</p>
Qualificação da vivência Urbana.	Tirar partido da potencialidade climática e paisagística que o lugar oferece, nomeadamente, sistemas de vistas sobre Lisboa, Almada.
Promover o conhecimento do território natural	Criação do Centro de Estudos da Arriba, que servirá para implementar projectos de investigação e promover o estudo dos elementos geológicos presentes

Planta de estrutura de implementação da Visão Estratégica



3.4. Implementação da Visão Estratégica

O cenário de desenvolvimento urbano é consequência da reavaliação e síntese das servidões e restrições de utilidade pública indicadas no Plano Director Municipal de Almada, e dos elementos que resultaram da caracterização e diagnóstico efectuados e restante legislação que complementem as acções a desenvolver neste local.

Procedeu-se, ao seu enquadramento nos termos da legislação vigente, tendo a proposta de ordenamento geral como base o que consta no Plano Director Municipal de Almada, a legislação complementar e a síntese das conclusões do diagnóstico.

Como resultado da implementação do Estudo de Enquadramento Estratégico irão ser aplicados, nos termos da legislação vigente, os instrumentos de gestão territorial, previstos no D.L n.º 380/99, de 22 de Setembro (com nova redacção dada pelo D.L n.º 310/03, de 10 de Dezembro). Como referência para o presente exercício adoptaram-se as definições constantes do regulamento do Plano Director Municipal de Almada.

3.4.1. Quinta do Almaraz

A aplicação de um Plano de Pormenor para o desenvolvimento urbanístico da Quinta do Almaraz e envolvente irá funcionar como um instrumento orientador e regulador da estratégia global de desenvolvimento urbano definida pelo município de Almada para esta área, contendo normativas para uma programação territorial numa perspectiva proactiva, capaz de enquadrar as parcerias público-privadas, transformando-se num contrato com a cidade e o cidadão.

A partir do momento em que o processo de planeamento para o Almaraz se materializa num Plano de Pormenor, importa que sejam claros os objectivos que se propõe atingir e saber como dispor de todos os recursos para os alcançar. Estes objectivos devem ser hierarquizados, permitindo a definição de prioridades e o seu ajuste após a fase de caracterização, se tal for necessário.

As funções que se podem apontar aos Planos Municipais de Ordenamento do Território são várias. A primeira, decorrente do art. 4º do RJIGT, consiste na inventariação da realidade existente, ou seja, todos os planos devem fazer um levantamento da situação existente e respectivas causas no que respeita à utilização do território a que se aplicam. Com efeito, o referido artigo determina que os instrumentos de gestão territorial devem explicitar os fundamentos das respectivas previsões com base no conhecimento sistematicamente adquirido das características físicas e morfológicas do território, dos recursos naturais e do património arquitectónico e arqueológico, da dinâmica demográfica e migratória, das transformações económicas, sociais, culturais e ambientais, das assimetrias regionais e das condições de acesso às infra-estruturas, aos serviços e às funções urbanas.

A definição e hierarquização de objectivos anteriormente referidos juntamente com o conteúdo técnico que está inerente à figura de Plano de Pormenor, torna todo o processo de planeamento e respectivos resultados, mais claros e fiáveis para um bom desenvolvimento urbano, enquadrado na malha da cidade de Almada, capaz de satisfazer a população alvo, potenciar e colmatar os diversos problemas que esta área da cidade apresentava e trazendo desta forma uma melhor qualidade de vida urbana para os seus habitantes/visitantes.

Sendo assim, os planos de Pormenor permanecem como uma das ferramentas principais das autarquias para influenciar o desenvolvimento futuro do território municipal, pois garantem a regulamentação de soluções suficientemente ponderadas, fundamentadas e adequadas à população e ao território em causa, entendidas e aceites por todos.

O facto de se possibilitar a “figura” do inquérito público nos Planos de Pormenor, aproxima a população interessada ao Plano, permitindo que se revejam na definição do enquadramento da malha urbana, rede viária, definição de equipamentos públicos, impacto de tráfego sobre a rede viária na envolvente, etc. Com efeito, a ênfase colocada na informação e participação pública durante o processo de avaliação da elaboração do plano, é essencial. A partilha de informação sobre as intenções e procedimentos, permite a criação de um crescente espírito de cooperação e de confiança, conquistando-se assim vantagens económicas, garantindo-se os direitos e mobilizando-se vontades.

A actual Proposta de revisão do regime dos instrumentos de gestão territorial também vem trazer uma nova dimensão em todo o processo de celeridade na aprovação dos Planos de Pormenor. A simplificação administrativa e a morosidade que resulta do excesso de controlo da administração local e dos seus procedimentos de controlo, poderá assim ficar bastante reduzida, dando melhores condições de aplicação aos Planos de Pormenor em projectos de desenvolvimento urbano do município.

3.4.2. Cais do Ginjal

O Plano Director Municipal de Almada classifica esta área como sendo de Uso Terciário não Programado, que deverá ser mantido oferecendo capacidade de construção de 25% para habitação. O cenário proposto tem como princípio fundamental a manutenção do carácter do Cais do Ginjal, nomeadamente ao nível da primeira linha de fachada. Isto passa pelo respeito pela escala e fenestração existente, mantendo a relativa opacidade das fachadas. Passa também pela manutenção das fachadas existentes quando se verifique que o interesse das mesmas o justifica. A maior variação do desenho urbano acontece, sem prejuízo do ambiente do cais do Ginjal, ao nível da segunda linha de fachada de acordo com a planta de usos.

Para concretização da estratégia apresentada o desenho urbano também deverá ter a capacidade de resolver a questão da acessibilidade ao cais e às novas estruturas desenvolvimento criadas. É desta forma proposta a (re)criação de uma série de

praças entre a primeira e segunda linha de fachadas, à semelhança de algumas já existentes que permitem um usufruto de maior resguardo. Estas estruturas deverão ter dimensão tal que permitam a inversão de marcha de veículos de maior porte.

A figura de planeamento que, no início desta estratégia, se optou por utilizar como forma de implementação do cenário proposto para o Cais do Ginjal foi, tal como para a Quinta do Almaraz, o Plano de Pormenor. No entanto, existem algumas diferenças entre as duas zonas que fazem com que se proponha, como mais adequada, a realização de um contrato de urbanização ou outro instrumento, que, salvaguardando sempre o interesse público, permita uma resposta mais célere, de acordo com a necessidade de uma intervenção urgente no local.

Essas diferenças passam, por um lado, por uma série de questões de segurança como o perigo de ruína do edificado, a ocupação abusiva de certos espaços ou a segurança no que diz respeito à arriba, que aumenta o carácter urgente da intervenção.

Por outro lado, ao contrário da Quinta do Almaraz, os terrenos que estão afectos à proposta a que nos propomos desenvolver no Ginjal são maioritariamente privados. Sendo assim, o contrato de urbanização, envolvendo todos os proprietários, poderá permitir uma maior celeridade na implementação da proposta pela gestão flexível que lhe está associada, permitindo salvaguardar os interesses públicos e privados e estabelecer um conjunto de obrigações das partes envolvidas no processo relativamente à execução das obras de urbanização e as responsabilidades a que ficam sujeitas, bem como o prazo para cumprimento daquelas.

Importa também salientar que a proposta de alteração ao Decreto de Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro, que está neste momento em discussão por parte do governo, trará uma maior celeridade ao andamento deste processo e uma consequente mais valia no que toca à urgência na salvaguarda do interesse público para este local e para a cidade de Almada em geral

3.4.3. Almada Velha (Castelo)

No cenário previsto para o Castelo e zona envolvente, há que realçar o facto de ali, actualmente estar em funcionamento o quartel da Guarda Nacional Republicana, da tutela da Administração Interna, e torna-se necessário portanto entrar em negociações de forma a chegar a um acordo que permita afectar esta área do território de Almada ao novo uso apontado, a hotelaria.

Projecta-se para esta unidade de estudo a implementação de um conjunto de **Estudos de Quarteirão** (conforme planta), que respeitará os parâmetros urbanísticos previstos no Plano Director Municipal de Almada e que resulta da presença de alguns vazios urbanos passíveis de ocupação.

É essencial para o sucesso da operação estabelecer um conjunto de incentivos aos proprietários. Estes passam nomeadamente por um acréscimo da área contruída permitida, sujeita à análise pormenorizada realizada nos referidos estudos de quarteirão. A fim de favorecer a rápida intervenção, os incentivos poderão ter um limite temporal.

3.4.4. Medidas de Implementação

Para que se concretize o cenário proposto, será necessária a desocupação das áreas para as quais exista programa proposto, fazendo assim depender desta operação, a sua correcta execução. Os proprietários deverão ser envolvidos num processo de discussão e deverão ser negociadas acções de incentivo tais como aumentos de edificabilidade, isenção de taxas e outras que se demonstrem como as mais adequadas.

O resultado deverá assegurar o equilíbrio na combinação de usos.

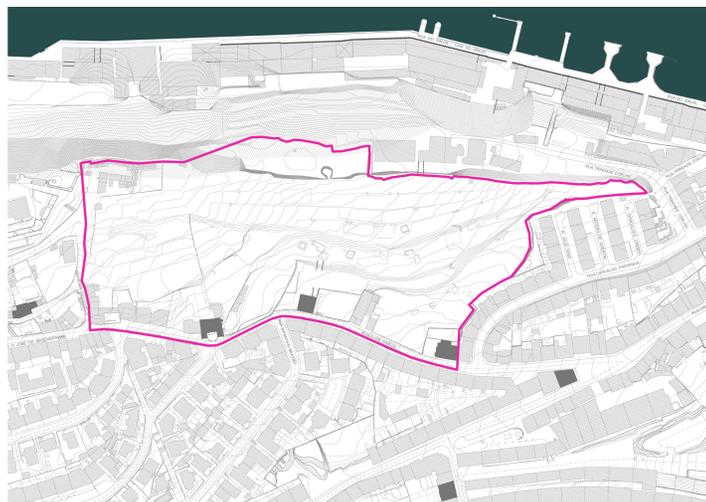
Todas as acções de implementação de gestão territorial propostas deverão considerar e compatibilizar-se com o seguinte:

- 1) Património Arqueológico - Estatuto de Protecção “Em vias de classificação”, pelo IPA
- 2) Fenómeno Geotécnico/geológico natural (queda de blocos e instabilidade geral da arriba);
- 3) Compatibilização com o Plano de Mobilidade : Acessibilidades XXI;

Lisboa, Julho de 2007

1. Termos de referência para a elaboração do Plano de Pormenor da Quinta do Almaraz

Planta de delimitação do Plano de Pormenor da Quinta do Almaraz



ÁREA A SER ABRANGIDA POR PLANO DE PORMENOR

1.1. Introdução

A Quinta do Almaraz insere-se num vasto território na proximidade do porto de Cacilhas e do núcleo histórico da cidade de Almada. Insere-se no interior de um tecido urbano consolidado onde existe um vazio com uma dimensão suficiente para se contrapor em termos de escala ao tecido envolvente. Para além de guardar no seu interior um património arqueológico de altíssimo valor, caracteriza-se também pela sua topografia em desnível ascendente de Sul para Norte, distribuído em socalcos e que termina no corte abrupto da arriba.

A Quinta do Almaraz constitui um dos mais importantes sítios arqueológicos portugueses no que se refere à ocupação fenícia, importância que deve ser projectada quer nacional, quer internacionalmente. Considera-se igualmente importante que o rico e diversificado património móvel e imóvel já recolhido e a recolher em futuros trabalhos arqueológicos, seja divulgado e interpretado sobre o sítio, numa perspectiva didáctica que abranja os não especialistas.

A situação da Estação Arqueológica da Quinta do Almaraz é bastante preocupante já que é resultado dos alarmantes sinais de erosão do sítio. Nem mesmo a limpeza parcial, que é realizada por iniciativa da Divisão de Museus da Câmara Municipal de Almada, disfarça os avisos.

Desta forma urge apresentar uma proposta que salvguarde e incentive um conjunto de melhores práticas de estudo do imenso espólio arqueológico presente na Quinta do Almaraz e que permita também valorizar e acrescentar valor cultural/científico para esta zona a longo prazo e tirando partido dos “laboratórios vivos” existentes, quer para quem trabalha, quer para quem visita.

1.2. Delimitação e Localização da Área de Intervenção do Plano de Pormenor

A área de intervenção do Plano integra-se na UNOP 1- Almada Nascente, localiza-se na freguesia de Cacilhas, abrange uma superfície de 54.640,00 m² e tem como limites:

- a Norte : a arriba;
- a Sul : Rua Elias Garcia;
- a Poente : Travessa do Castelo;
- a Nascente : traseiras dos edifícios da Rua Carvalho Freirinha.

1.3. Enquadramento Legal do Plano

O presente documento que se submete à apreciação da Câmara Municipal de Almada para efeitos do Artigo 9º 74º do D.L número 380/99, de 22 de Setembro (com nova redacção dada pelo D.L número 310/03, de 10 de Dezembro), consubstancia os Termos de Referência para o Plano de Pormenor da Quinta do Almaraz e integra a síntese dos fundamentos justificativos para a sua elaboração nos termos do Artigo 9º 91º do referido diploma e do Documento Normativo da CCDR-LVT, OI/OT de 06.09.2004, assim como da Portaria nº 138/2005, de 2 de Fevereiro.

1.4. Enquadramento nos Instrumentos de Gestão Territorial

Ao nível dos Instrumentos de Gestão Territorial no âmbito do PDM e das Plantas que o integram, há que referir:

Planta de ordenamento - Classificação do Espaço Urbano

A área sujeita a plano de pormenor é abrangida pela categoria de Espaços Urbanos:

- Áreas consolidadas
- Núcleos históricos
- Classificação como Património Edificado : Arqueológico

Planta de Condicionantes

Protecção do Património Edificado - Conjuntos ou Imóveis não classificados a preservar : **Núcleo Histórico**

Unidades Operativas : **UNOP 1** – Almada Nascente

Classificação da Estação Arqueológica da Quinta do Almaraz – em vias de classificação estando a ser preparada a publicação em Diário da República.

1.5. Objectivos Programáticos

O Plano de Pormenor da Quinta do Almaraz tem como objectivos, além dos referidos no Plano Director Municipal para a UNOP 1 - Almada Nascente :

- Requalificar e revitalizar a Quinta do Almaraz e toda a sua envolvente através da promoção cultural patrimonial e turística;
- Acrescentar valor cultural e patrimonial ao nível turístico e educacional através dos “laboratórios vivos” existentes, potenciando o desenvolvimento de actividades ligadas às escolas, universidades, investigação científica e turismo cultural;
- Criar um Centro de Interpretação, através da construção de uma estrutura que terá como objectivo promover o conhecimento, a investigação e a divulgação do património arqueológico da Quinta do Almaraz;
- Auxiliar os visitantes e a população do Concelho de Almada a compreender o legado patrimonial e cultural do espaço em que se encontram oferecendo-lhes, simultaneamente, uma justificação para a sua conservação;

- Promover o turismo cultural de modo a permitir conciliar a preservação dos valores patrimoniais e arqueológicos com o desenvolvimento de uma actividade turística sustentável;
- Desenvolver programas de educação na área da arqueologia, culturais e patrimoniais para crianças e jovens e outros grupos específicos;
- Requalificar as estruturas arqueológicas já postas a descoberto na Quinta do Almaraz. É importante que, nos terrenos mais próximos do Centro de Interpretação, se possa reconstituir a paisagem natural e humana existente do 1º milénio a.c.
- Efectuar arranjos exteriores que permitam a observação dos trabalhos de arqueologia que estão em execução, aproveitando todo o potencial que este local oferece em termos arqueológicos e ao mesmo tempo salvaguardando o Almaraz;
- Deslocação do actual Museu arqueológico, que se encontra actualmente no Olho-de-boi para a Quinta do Almaraz dando-lhe a merecida dimensão e importância que actualmente não tem;
- Resolver os problemas de acessibilidade e estacionamento da envolvente a esta zona. Para isso, prevê-se a criação do silo automóvel a Nascente da Quinta (cerca de 500 lugares) que permita não só satisfazer as necessidades de estacionamento do local mas também desanuviar o trânsito desta zona de Almada ;
- Corrigir o espaço tardo de alguns edifícios da Rua Carvalho Freirinha, resolvendo a questão do desnível acentuadíssimo e oferecendo um logradouro mais generoso;
- Criar ligações pedonais entre a Quinta do Almaraz e o Ginjal;
- Promover habitação para jovens, numa modalidade completamente inovadora, ou seja, habitação destinada aos jovens que mostrem uma mais valia técnica, atribuindo rendas simbólicas e que vão sendo actualizadas à medida que se vai dando a inserção no mundo do mercado do trabalho, que se traduz na criação de residências a funcionar de forma “rotacional” trazendo jovens numa modalidade de “Alta Rotatividade”;
- Criar uma nova zona de acesso viário ao Castelo, salvaguardando as características da antiga Travessa do Castelo com prejuízo de algum edificado, mas prever o realojamento das habitações nas novas unidades a construir.
- Fomentar a criação de comércio local.
- Criar serviços de apoio à população e outros como seja a ocupação da casa da Quinta dos Ingleses com um centro de dia para a terceira idade.

1.6. Conteúdo Documental e Material do Plano

Conteúdo Documental : o Plano de Pormenor da Quinta do Almaraz deverá integrar ainda todos os elementos de acompanhamento que se entendam necessários a um completo entendimento do modelo proposto e à sua operacionalidade, de que se refere:

Relatório fundamentando as soluções adoptadas aos estudos das diferentes especialidades que as suportam:

- Planta de implantação, devidamente cotada e georeferenciada;
- Planta com indicações da localização dos percursos pedonais, mobiliário urbano, iluminação pública, sinalética e suportes publicitários;
- Secções transversais pelos planos mais significativos;
- Maqueta.

Conteúdo Material : O plano de Pormenor da Quinta do Almaraz deverá definir, de acordo com o Artigo 91 do D.L. número 380/99, de 22 de Setembro (com a nova redacção dada pelo D.L. 310/2003, de 10 de Dezembro):

- Delimitação e caracterização da área de intervenção, identificando, quando se justifique os valores naturais e culturais a proteger;
- Parâmetros urbanísticos para a área do Plano;
- Volumetrias a criar;
- Situação fundiária da área de intervenção, procedendo à sua transformação quando necessário;
- Alinhamento de fachadas, cêrceas e profundidade de empenas das edificações;
- Espaço destinados a circulação seja pedonal, ciclovias, rodoviário individual ou colectivo;
- Parâmetros relativos a materiais e cores a utilizar;
- Parâmetro relativo a porte e características das espécies arbóreas a arbustivas a adoptar;
- Operações de demolição, conservação ou reabilitação de construções existentes;
- Identificação do sistema de execução a utilizar na área de intervenção.

Elementos a entregar:

Peças Desenhadas:

- Planta de implantação
- Planta de condicionantes
- Planta de enquadramento
- Extracto da planta síntese dos planos mais abrangentes
- Planta da situação existente
- Planta de trabalho

- Planta de modelação
- Volumetrias
- Traçados das infraestruturas rodoviárias
- Traçados das infraestruturas de saneamento básico
- Traçados das infraestruturas de energia e de telecomunicações

Elementos Anexos às Peças Desenhadas:

- Circulação de Veículos Motorizados e Estacionamento
- Circulação de peões e Ciclistas
- Nós viários e transportes
- Equipamentos colectivos
- Ocupação e usos dos edifícios ao nível do piso térreo
- Estruturas dos espaços exteriores
- Planta de gestão

Peças escritas:

- Regulamento
- Relatório
- Programa de execução
- Plano de financiamento

Elementos anexos às Peças escritas:

- Estudos de caracterização
- Extractos dos regulamentos de Planos mais abrangentes
- Fichas Urbanísticas

1.7.Fases e Prazos Para a Elaboração do Plano

Prevê-se um prazo global de 120 dias para a elaboração do Plano de Pormenor da Quinta do Almaraz de acordo com o seguinte faseamento:

- 1ª Fase : Elaboração da proposta Preliminar de Plano – 30 dias após conclusão da Audição Prévia e reunião preparatória com CCDR, com base nos Termos de Referência Aprovados.
- 2ª Fase : Elaboração da Proposta de Plano – 30 dias após aceitação da Proposta Preliminar do Plano com eventuais alterações propostas pela CCDR e pelas entidades consultadas.

- 3ª Fase : Rectificações à proposta de Plano – 30 dias após recepção do parecer da CCDR integrando eventuais alterações propostas pelas entidades consultadas.
- 4ª Fase : Elaboração da Versão Final de Plano – 30 dias após conclusão da Discussão Pública.

1.8. Constituição da Equipe Técnica do Plano

A equipe técnica responsável pela elaboração do Plano será multidisciplinar, coordenada por um dos seus elementos e deverá assegurar como mínimo, especialistas nas áreas de Arquitectura, Arquitectura Paisagística, Urbanismo, Engenharia do Ambiente, Acústica, Engenharia Civil, Circulação e Transportes, Geologia, Geomorfologia, Arqueologia, Economia e Direito, com experiência profissional de pelo menos três anos, em conformidade com o disposto no D.L. nº 292/95, de 14 de Setembro.

Lisboa, Julho de 2007

Índice

Introdução

Anexo 01 - A Quinta do Almaraz no contexto da expansão fenícia ocidental e da ocupação da Idade do Ferro no Estuário do Tejo.

Anexo 02 - Elementos relevantes para definição da intervenção da geologia/geotecnia na zona da Quinta do Almaraz, do Cais do Ginjal e toda a envolvente inserida na área em estudo.

Anexo 3 - Mobilidade

INTRODUÇÃO

O caderno de anexos que se apresenta é constituído pelas contribuições específicas relativas às questões dos seguintes campos de estudo :

- Arqueologia – anexo 1
- Geotecnia – anexo 2
- Mobilidade – anexo 3

São estas as disciplinas que nesta fase do trabalho, considerámos ter mais implicações para a elaboração da Visão Estratégica, nomeadamente pelas condicionantes físicas que estabelecem para as futuras ocupações.

A apresentação desta documentação, como anexo ao texto da Visão Estratégica – conclusões, e não incluída no mesmo, justifica-se pela especificidade destas participações e pela quantidade de informação técnica que elas contêm que julgámos não ser compatível com o carácter sintético das conclusões.

ANEXO 01

A Quinta do Almaraz no contexto da expansão fenícia ocidental e da ocupação da Idade do Ferro no Estuário do Tejo

O povoado da Quinta do Almaraz localiza-se na margem esquerda do estuário do Tejo, no Distrito de Setúbal, Concelho de Almada, Freguesia de Cacilhas. As suas coordenadas UTM, lidas na CMP 431, são as seguintes: X: 88.4; Y 108.4.

O povoado da Quinta do Almaraz implanta-se sobre um esporão rochoso, estreito e alongado, sobranceiro ao Tejo. Com uma altitude média de 50 metros, domina visualmente uma larga extensão do estuário do Tejo e a foz deste mesmo rio.

A existência de uma ante-praia, Cacilhas, foi, certamente, determinante na escolha do esporão rochoso para a implantação humana. Justamente em Cacilhas, uma intervenção arqueológica viria a revelar uma construção que foi interpretada como cais e, sob uma fábrica de salga de época romana, foram encontradas estruturas que parecem corresponder a armazéns (Barros, 1998). Cacilhas foi pois, quase seguramente, também durante a Idade do Ferro, um porto com excelentes condições de acostagem.

O povoado da Quinta do Almaraz ocupa a plataforma Este da elevação onde se situa igualmente o Castelo de Almada e é «...delimitado a Norte e a Este pela arriba, a Sul por uma encosta de declive acentuado que morre num vale bem definido que confina com o morro de Cacilhas e a Oeste por uma encosta suave que sobe em direcção ao Castelo de Almada. A sua situação geográfica permite dominar toda uma vasta área que se estende desde a bacia vestibular à foz do rio Tejo e as planícies a montante e da Serra da Arrábida a Sul à Serra de Sintra a Norte» (Barros, Cardoso, Sabrosa, 1993: 144).

A cartografia geológica disponível evidencia que o sítio ocupa uma área constituída por calcários, arenitos, margas e argilitos, formados durante o Miocénico. Esta área de afloramentos miocénicos entre Almada e a Costa da Caparica corresponde ao prolongamento para Sul das formações Cretáceas, Paleogénicas e Neogénicas existentes a Norte do Tejo.

O povoado da Quinta do Almaraz ocupa actualmente cerca de 4.1 ha. No entanto, parece possível estimar em cerca de 6 ha a área ocupada durante a Idade do Ferro, uma vez que é provável que as habitações e as indústrias que se observam a Este e a Norte se tenham implantado sobre parte do antigo povoado sidérico (*ibid.*).

O sítio foi identificado em 1986 por Luís Barros e José Manuel de Sousa e as escavações que desde 1988 aí tem decorrido, permitiram recolher um abundante espólio arqueológico e identificar restos das estruturas defensivas e habitacionais.

Quanto às primeiras, deve dizer-se que se conservam dois troços de duas linhas de muralha, mas os investigadores que têm vindo a estudar o sítio não descartam a hipótese da existência de uma terceira (*ibid.*; Barros, 1998: 36). As muralhas foram construídas com calcário conquífero, mas o basalto, o granito e o xisto foram também utilizados na sua edificação.

A existência de fossos foi também constatada, sendo evidente, pelo menos em um caso, a sua localização em frente da primeira linha de muralhas (*ibid.*). Os fossos da Quinta do Almaraz têm perfis troncocónicos, podendo atingir 1 metro de profundidade (*ibid.*).

Alguns muros associados a pavimentos e a áreas de combustão indiciam a presença de estruturas de tipo habitacional. O aparecimento de blocos de argila cozida, grosseiramente quadrangulares, deixa perceber que as habitações eram construídas com muros de adobes, sobre socos de pedras ligadas com argila. Os pavimentos eram de argila compactada e/ou cozida, e as lareiras, que as escavações evidenciaram no interior dos compartimentos das estruturas habitacionais, foram construídas com fragmentos cerâmicos, apresentando forma, tendencialmente, circular.

A área escavada forneceu, como já se disse, um abundante espólio (Cardoso, 1990; Barros *et al.*, 1993). Darei adiante particular espaço e atenção à cerâmica, uma vez que sobre parte dela se publicou um estudo mais detalhado (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993).

No que respeita ao espólio metálico «Há a referir o aparecimento de anzóis, com e sem barbela, agulhas, fragmentos de fíbulas e uma pinça de bronze. Foram igualmente recolhidos fragmentos de cadinhos de fundição de bronze e de ferro» (*ibid.*: 154).

Os artefactos de vidro são mais raros: «...para além de dois bordos de pequenos recipientes de vidro, foram encontradas três contas, sendo uma oculada em pasta de vidro azul, amarela e branca, uma conta esférica em pasta de vidro branco e uma discóide em gomos de vidro azul» (*ibid.*, 154-155).

Deve destacar-se, pela sua importância e significado, a recolha neste sítio de um fragmento de bordo de recipiente de alabastro, cuja forma é no entanto impossível de determinar (Barros, 1998: 40).

A cerâmica é, como em outros sítios, o tipo de material arqueológico mais representativo em Almaraz.

Os fabricos manuais são raros, correspondendo apenas a cerca de 3.6% do total da amostra. (Barroso, Cardoso e Sabrosa, 1993: 155)

Quanto à cerâmica fabricada ao torno, estão presentes:

1. cerâmica comum;
2. cerâmica cinzenta;
3. ânforas e *pithoi*;
4. cerâmica de engobe vermelho.

Do conjunto do material arqueológico recolhido nas escavações da Quinta do Almaraz, foram apenas estudadas, com algum detalhe, as cerâmicas de engobe vermelho (*ibid.*: 157-160; 177-181), o que, como é óbvio, limita a análise e a interpretação.

Do restante espólio pouco se conhece, estando, no entanto, publicados alguns fragmentos cerâmicos correspondentes a ânforas, *pithoi* e cerâmica cinzenta (Cardoso, 1990).

O desconhecimento dos tipos de fíbulas e do conjunto das ânforas presentes no sítio, por exemplo, impede a aferição das cronologias indiciadas pelas cerâmicas de engobe vermelho e a discussão destas em face das datações de radiocarbono obtidas.

No entanto, o que está publicado merece algum destaque até porque é de facto, até ao momento, o maior conjunto português conhecido desta espécie cerâmica. Não pode, contudo, deixar de referir-se que as cerâmicas de engobe vermelho divulgadas em 1993 são, na totalidade, provenientes de uma fossa escavada no substrato geológico, Q. U45.3, que, segundo os arqueólogos responsáveis pela escavação, se destinava à acumulação de detritos (*ibid.*: 141). Foi, no entanto, possível obter uma sequência estratigráfica clara, onde se definiram seis unidades distintas, correspondentes a várias camadas de terra com colorações, consistências e texturas diversas (*ibid.*: 148).

Dentro do amplo conjunto das cerâmicas de engobe vermelho da Quinta do Almaraz, que corresponde a 8,8% do total das cerâmicas recolhidas, foi possível identificar várias formas, das quais se destacam, pela sua representatividade, os pratos e as taças.

Entre os pratos, contam-se exemplares de bordo estreito (3.5 cm), médio (5.5 cm) e muito largo (8 e 9 cm).

Deve ainda referir-se que os bordos mais estreitos (entre os 3.5 e os 5.5 cm), apresentando pouca inclinação no interior e sendo quase paralelos à linha de bordo, correspondem a pratos pouco profundos.

Pelo contrário, os pratos de bordo muito largo (entre os 6 e os 9 cm) são mais profundos, sendo de registar que o bordo é muito oblíquo, constituindo este, praticamente, o próprio corpo da peça, uma vez que se prolonga até a um fundo que, formalmente, parece preludiar a cavidade central de um prato de peixe

É importante notar que os últimos dominam, claramente, no conjunto recolhido em Almaraz.

Independentemente do facto de estar hoje, em grande parte, ultrapassada a tendência de atribuir datações exclusivamente através da largura dos bordos dos pratos de engobe vermelho, o certo é que as formas presentes em Almaraz, e sobretudo a sua coexistência, levanta alguns problemas que importa discutir.

Em primeiro lugar, deve salientar-se que não é apenas a largura dos bordos de engobe vermelho recolhidos naquele sítio do estuário do Tejo que deve ser valorizada. De facto, é necessário ter em consideração que os quocientes obtidos se cifram, maioritariamente, entre os 30 e os 32, o que significa que aos pratos de bordo mais largo correspondem, quase sempre, diâmetros reduzidos.

Os pratos, de bordo muito largo e oblíquo, com quocientes de 30 a 32, encontrados em Almaraz, podem, com facilidade, integrar-se no tipo P3d de Rufete Tomico (1988-89), uma vez que possuem a típica carena externa presente nesta variante da forma P3.

Esta integração tipológica permite, pois, afirmar que a grande maioria dos pratos do sítio em análise é tardia, uma vez que o prato P3d tem vindo a surgir nos sítios andaluzes apenas nos níveis que correspondem a ocupações datadas, tradicionalmente, do século VI a.C. em diante. Em Huelva, por exemplo, os pratos deste tipo encontram-se apenas a partir dos estratos do Tartéssico Final, datados, através da cerâmica grega, a partir da primeira metade do século VI a.C., perdurando e sendo abundantes até ao final deste mesmo século (*ibid.*). Esta mesma cronologia para este tipo de pratos está atestada em muitos outros sítios, por exemplo em Doña Blanca (Ruiz Mata, 1993, Ruiz Mata e Pérez, 1995), Trayamar (Schubart, 1977) e Jardín (Maass-Lindemann, 1995), não sendo pois admissível, à luz dos dados actualmente disponíveis, considerar que a forma em questão possa recuar, em cronologia tradicional, para trás do século VI a.C.

Em Almaraz, os pratos da forma P3d coexistem, nos mesmo níveis arqueológicos, com outros de bordo estreito e horizontal que poderão pertencer aos tipos P1 e P2 da mesma tipologia (Rufete Tomico, 1988-89). Sabe-se que a produção destes últimos tipos de pratos se iniciou num momento antigo da Idade do Ferro, existindo testemunhos seguros da sua utilização a

partir da primeira metade do século VIII a.C., em cronologia tradicional. Dessa evidência falam eloquentemente as estratigrafias de Toscanos, Mezquitilla, Doña Blanca, ou mesmo Huelva.

No entanto, não pode esquecer-se que os pratos de bordo estreito, mesmo os de amplos diâmetros, não são infrequentes em níveis tardios, tendo sido utilizados até, pelo menos, aos finais do século VI a.C., como ficou demonstrado em Huelva (*ibid.*) e mesmo em Jardín (Maass-Lindemann, 1995).

As taças de engobe vermelho recolhidas em Almaraz dividem-se em dois grandes grupos: taças em calote e taças carenadas.

As primeiras, escassamente representadas, integram-se no tipo C4 de Rufete Tomico (1988-89), estando presentes em Almaraz as duas variantes da forma definida em Huelva. De facto, os bordos podem ser espessados (C4a) ou simples (C4b).

As taças em calote de engobe vermelho não são frequentes nos sítios fenícios do Círculo do Estreito, mas abundam nos povoados indígenas da Andaluzia Ocidental, nomeadamente em Macareno (Pellicer Catalán *et al.*, 1983), San Bartolomé de Almonte (Ruiz Mata e Fernandez Jurado, 1986), Tejada la Vieja (Rufete Tomico, 1987) e Huelva (Rufete Tomico, 1988-89).

A forma destas taças é muito abundante em cerâmica cinzenta, tanto em Almaraz (Barros, *et al.*, 1993: 157), como em outros sítios portugueses, nomeadamente em Santarém (ver capítulo específico neste estudo), Conímbriga (Alarcão, 1976) ou Alcácer do Sal (Silva *et al.* 1980-81). As taças em calote de cerâmica cinzenta estão também presentes em quantidades apreciáveis nos sítios fenícios da costa de Málaga e Granada e nos povoados indígenas orientalizantes de Huelva e do vale do Guadalquivir.

A forma C4 aparece em Huelva a partir do que se designou Tartéssico Médio IIIb, em níveis datados historicamente da 2ª metade do século VII a.C., mas é, sobretudo, abundante nos níveis correspondentes ao Tartéssico Final, cuja cronologia pode ser aferida, em Puerto 6, Puerto 9 e Méndez Núñez através da presença de *buccherò nero* e *buccherò gris* eólico. Assim, tudo indica que a utilização destas taças se generaliza entre 600 e 530 a.C., em datas tradicionais ou históricas (Rufete Tomico, 1988-89).

As taças carenadas de Almaraz apresentam carena média e bem marcada. As paredes podem ser bicôncavas, convexo-côncavas ou recto-côncavas. O fundo é côncavo, com ou sem pé, que quando existe pode estar simplesmente indicado ou ser anelar (Barros *et al.*, 1993: 178, 179).

Um outro tipo de taça foi também identificado neste sítio. Tem carena bem marcada, possui pé alto, sendo de referir que as paredes externas do corpo e pé apresentam várias caneluras. O fundo interno constitui uma depressão profunda e circunscrita (Barros *et al.*, 1993: 1180-181).

Independentemente do facto de as taças carenadas de engobe vermelho terem uma larga tradição na cerâmica fenícia, é impossível não reconhecer que os exemplares de Almaraz revelam uma série de características relativamente incomuns nos sítios fenícios e orientalizantes da Península Ibérica, assemelhando-se muito, no entanto, às recolhidas no Claustro da Sé de Lisboa e que serão apresentadas pela primeira vez neste mesmo trabalho.

Em primeiro lugar, deve destacar-se que os perfis que estas taças apresentam são, quase sempre, bastante sinuosos, sendo por exemplo muito marcada a concavidade das paredes. Os pés altos e as profusas caneluras que alguns exemplares mostram nas superfícies externas, tanto dos pés como das paredes, conferem ao conjunto das taças carenadas de Almaraz um aspecto «barroco», relativamente, infrequente no contexto da Idade do Ferro orientalizante peninsular.

Estas particularidades, aparentemente regionais, e que de certo se revestem de um particular significado, deixam antever várias explicações prováveis que, mais adiante, tentarei expor.

Convém, no entanto, deixar desde já claro que as taças carenadas são uma das formas mais frequentes nos sítios fenícios, tanto ocidentais como orientais, sendo evidente que algumas das que se recolheram no estuário do Tejo podem encontrar paralelos em Huelva (Rufete Tomico, 1988-89) ou em Medellín (Almagro Gorbea, 1977).

Assim, certos exemplares de Almaraz podem efectivamente corresponder ao tipo C3b de Rufete Tomico, apesar de no sítio português parecer evidente que os bordos são mais exvasados e exvertidos e que o perfil da parede é mais curvilíneo que no caso das taças de Huelva.

Quanto às taças com pé, será na Extremadura espanhola que devem procurar-se as similitudes formais, uma vez que na necrópole de Medellín foram encontradas peças, que, formalmente, também se assemelham aos exemplares de Almaraz. Uma delas é também uma taça de engobe vermelho (*ibid.*: 363, Fig.145, 1), mas cuja parede externa está marcada por dois ressaltos e não por caneluras. Também o bordo é, consideravelmente, menos exvasado e exvertido do que se verifica nas taças de Almaraz. O perfil é pois, no geral, consideravelmente menos sinuoso e curvilíneo.

Semelhanças formais são também observadas no caso da taça com pé recolhida no conjunto n.º 19 da mesma necrópole (*ibid.*: 334, fig. 139), sendo que aqui a taça é pintada em bandas e não coberta de engobe vermelho. Também no perfil do bordo e da parede existem evidentes dissemelhanças, sendo no entanto de destacar as caneluras que decoram a superfície externa da parede da taça de Medellín.

Os materiais da necrópole extremenha puderam datar-se, através da sua associação a outro espólio, concretamente fíbulas, dos finais do século VI e início do século V a.C.

No geral, as taças carenadas têm tendência a adquirir um perfil mais curvilíneo nos momentos mais tardios (Maass-Lindemann, 1982), sendo que nesses momentos raramente surgem cobertas de engobe vermelho, o que manifestamente não sucede em Almaraz.

Não posso deixar de referir que os perfis complexos, sinuosos e curvilíneos das taças carenadas deste sítio, e a própria existência de pés altos, apontam para cronologias baixas, muito possivelmente da segunda metade do século VI a.C., em cronologia tradicional.

Ainda cobertas de engobe vermelho, identificaram-se outras formas, nomeadamente vasos que correspondem aos tipos V1 e V2 de Huelva (Rufete Tomico, 1988-89), parecendo importante insistir no carácter tardio dos vasos de tipo V2 na antiga *Onuba*, onde se integravam em níveis correspondentes ao Tartéssico Final (*ibid.*).

Barros, Cardoso e Sabrosa (1993: 181) incluíram ainda na categoria da cerâmica de engobe vermelho quatro fragmentos de bordo e colo de vasos, cujo perfil do bordo (exvertido e triangular) e do colo (truncocónico, ou cilíndrico) e, ainda, a existência de engobe vermelho apenas na superfície interna fazem pensar que se está em presença de vasos fechados tipo *pithoi*, eventualmente pintados em bandas na superfície externa, que não devem portanto incluir-se no conjunto das cerâmicas de engobe vermelho.

As cerâmicas de engobe vermelho recolhidas na Quinta do Almaraz, pela sua abundância, diversidade formal e características gerais, justificam ainda um comentário final.

Em primeiro lugar, parece importante lembrar que os materiais foram recolhidos num contexto, que os próprios escavadores reconhecem ser uma fossa de acumulação de detritos (*ibid.*: 151). Penso que esta situação permite concluir que os referidos materiais, apesar de carreados em época antiga, foram encontrados em contexto de deposição primária, mas

necessariamente posterior à data da sua utilização. Esta situação não impede, no entanto, de parecer claro que a cerâmica de engobe vermelho proveniente da referida unidade representa um conjunto bastante homogéneo.

De facto, todos os indicadores cronológicos disponíveis permitem afirmar que os pratos de bordo largo e oblíquo com cavidade central são solidários com as taças de perfil sinuoso e paredes externas acentuadamente côncavas. Por outro lado, as taças de pé detêm uma série de características tipológicas que não destoam no conjunto, nem formal nem cronologicamente.

O aparecimento, no mesmo contexto, de escassos exemplares de pratos com bordos horizontais e estreitos (3.5 a 5.5. cm) não interfere negativamente na real homogeneidade do conjunto, uma vez que, como já referi, não é invulgar a recolha de pratos com estas características em ambientes relativamente tardios e onde se verificam algumas destas associações de materiais. É esse por exemplo o caso de Huelva (Rufete Tomico, 1988-89) e de Jardín (Maass Lindemann, 1995).

O conjunto publicado detém, efectivamente, um impressionante «ar de família» do ponto de vista formal e, tanto quanto é possível avaliar, tecnológico. As taças carenadas, por exemplo, independentemente dos detalhes tipológicos que as diferenciam, parecem saídas da mão do mesmo oleiro, ou pelo menos, do mesmo centro produtor. As singularidades formais e de fabrico que as peças apresentam, cujos únicos paralelos conhecidos se localizam, como se verá, na área urbana de Lisboa, remetem obviamente para uma produção local, ou regional de fraca difusão.

Um outro dado importante a considerar é a diversidade formal que o conjunto evidencia, facto raro nos sítios de fundação fenícia, mas frequente nos sítios indígenas fortemente orientalizados, como Huelva, por exemplo.

Não posso deixar de lamentar, de novo, a ausência de dados publicados relativos aos outros materiais que se associavam à cerâmica de engobe vermelho, nomeadamente as ânforas e as fíbulas. Estou certa que esses dados muito contribuiriam para ajudar a esclarecer, entre outras, a questão da cronologia daquela cerâmica.

Assim, mesmo atendendo apenas aos dados fornecidos pelas cerâmicas de engobe vermelho, parece-me possível situar o enchimento da referida fossa de detritos no século VI a.C., mais concretamente a partir da segunda metade, data convencional.

A esta mesma conclusão chegaram os próprios autores do trabalho onde se publica o material em análise (*ibid.*: 167). As características morfológicas e os paralelos que puderam estabelecer para as suas cerâmicas indicavam esta mesma cronologia.

As datas de radiocarbono publicadas no mesmo trabalho (*ibid.*: 167, nota 1) não deixam, assim, de causar perplexidade, e mesmo alguma apreensão, mesmo que não seja completamente clara, pelo leitura do referido estudo, a associação das datações radiométricas ao espólio cerâmico apresentado.

As datações são as seguintes:

ICEN 926 (ossos) - 2660 ± 50 B.P., que calibrada a dois sigmas forneceu o seguinte intervalo de tempo: 910-790 CAL B.C.;

ICEN 914 (conchas) - 2640 ± 50 B.P., que calibrada a dois sigmas forneceu o seguinte intervalo de tempo: 900-780 CAL B.C.;

Como já referi, não consigo compreender em que exacto contexto foram recolhidas as amostras objecto de análise. A única informação disponibilizada pelos autores, «...datações do plano 11 (Muro)...» (*ibid.*), não permite concluir se as conchas e os ossos datados são provenientes da fossa de detritos onde se recolheu a cerâmica de engobe vermelho estudada.

Não é, realmente, indicado em qualquer parte do texto se o «Muro» que corresponde ao referido «plano 11» é o que foi identificado junto ao fundo da fossa «...separando-a em duas partes iguais. [e que] será portanto contemporâneo da construção desta» (*ibid.*: 151), ou, se pelo contrário, se trata de algum dos muros circundantes que foram também identificados no quadrado U45.3 e que estavam associados a «...um pavimento construído por seixos achatados cimentados por argila. [que] foi destruído no decurso da abertura da fossa...» (*ibid.*). Pode ainda também tratar-se de qualquer outro muro aparecido durante os trabalhos de campo, por exemplo no quadro T.42.3 SO.

Como é óbvio, a ausência de informação quanto a este aspecto concreto dificulta qualquer tentativa de análise da questão do evidente desfasamento cronológico entre as datas que os materiais cerâmicos indiciam e as datações que o radiocarbono proporcionou.

A problemática é, efectivamente, completamente distinta se as datações radiométricas se puderem conectar com os materiais arqueológicos publicados ou, se pelo contrário, estas corresponderem a um momento anterior à construção e

enchimento da fossa de detritos, ou seja se *se relacionarem com outros materiais que não aqueles que conhecemos* e que, de acordo com os mais elementares e básicos conhecimentos de Arqueologia, lhes seriam anteriores.

Sou pois forçada, pelas circunstâncias, a deixar em aberto, por agora e em termos concretos, a questão das datações de radiocarbono obtidas em Almaraz, apesar de elas se revestirem, pela antiguidade que apresentam, de uma considerável importância. Esse facto obriga-me a voltar a elas na altura em que, neste mesmo trabalho, discutir toda a problemática que se prende com a cronologia da presença fenícia no actual território português.

A escavação da fossa de detritos forneceu, também, importantes dados que se referem aos hábitos alimentares dos habitantes deste sítio durante a primeira metade do I milénio a.C., e que foram também divulgados (*ibid.*: 160-166, Cardoso, 1996).

A principal conclusão que o estudo da fauna proporciona é o peso que as espécies domésticas detêm no conjunto. O boi, apesar de percentualmente não ser a espécie mais numerosa (30.5% do total), forneceu, compreensivelmente, a maior base de proteínas animais consumidas, uma vez que os restos identificados correspondem a um peso em carne sete a nove vezes superior ao dos ovicaprínos. Estes últimos constituem a representação mais numerosa (65,6%), contribuindo, também, de forma significativa para dieta alimentar da população. Sem especial significado parece ser o aparecimento dos restos de um único cavalo ou burro doméstico (0.2%). A contribuição do coelho, também ele doméstico, pode considerar-se insignificante (3.1%). (*ibid.*).

A avaliar pelos escassos restos de veado (um indivíduo) e de javali (dois indivíduos) não parece que a caça fosse uma actividade que ocupasse muito tempo às populações de Almaraz, o que já não sucede com a pesca, actividade que, certamente, deteve importante papel no sítio. A recolha de abundantes artefactos relacionados com esta última actividade, concretamente pesos de rede e anzóis, e os mais de 0.6 Kg de restos ictiológicos recolhidos (vértebras, escamas, etc.) falam por si (*ibid.*).

«A recollecção de moluscos teria também um expressivo papel na dieta: recolheram-se na fossa de detritos cerca de 70 000 conchas, denunciando exploração de biótopos litorais diversos, desde os bancos vasosos do estuário (com *Ostrea edulis*, 10%), até às praias arenosas, com *Venerupis decussata*, que constitui a espécie mais abundante (com 36%), *Cerastoderma*

edule (4.5%) e *Solen marginatus* (3.5%), passando pelos trechos mais rochosos, com predominância de *Mytilus* (15% dos restos). Os caracóis terrestres (*Helix* sp.) eram, também, apreciados, atingindo 23% do total dos restos de moluscos.» (*ibid.*). Não será demais recordar que «A predominância de grandes bovídeos na componente proteica da dieta alimentar salienta o carácter estável e sedentário das populações» (Cardoso, 1995: 167).

De especial significado reveste-se a ausência, até ao momento, do porco doméstico, uma vez que os dois restos de suídeos encontrados correspondem a javalis.

Sobre o sítio existem, ainda, publicadas algumas referências, que, apesar de breves, se revestem de grande interesse e que é importante aqui referir (Barros, 1998).

Durante a escavação, foi encontrada, numa área restrita, uma apreciável quantidade de grainhas de uva, achado que não é impossível relacionar com a produção de vinho (*ibid.*: 38), apesar das evidências do processo transformador não terem sido detectadas. A recolha de cadinhos de fundição e de escórias de bronze e ferro indiciam que a prática da metalurgia era uma actividade praticada sobre o sítio, existindo também dados reveladores da produção cerâmica no local, como por exemplo é o caso das trempes recolhidas (*ibid.*:38-39).

Parece, pois, possível deduzir que as actividades industriais eram sobre o sítio intensas e constituíram uma importante vertente da sua economia. Essas actividades implicavam, também, certamente, existência de grupos de indivíduos especializados, que dominavam técnicas e procedimentos.

Como é evidente, os dados divulgados da Quinta do Almaraz fornecem apenas um conhecimento parcelar e fragmentário da realidade da ocupação humana do sítio durante a Idade do Ferro, o que, como já se disse, limita e dificulta a análise.

No entanto, parece necessário discutir ainda os dados disponíveis, na medida em que se relacionam directamente com o significado e com a função que o sítio pode ter desempenhado, o que se revestirá de particular interesse no momento de analisar a sua relação com os vestígios orientalizantes detectados em pequenos sítios da margem esquerda, aparentemente na sua área de influência directa, e ainda com o restante povoamento sidérico do estuário do Tejo.

Em primeiro lugar, deve referir-se que não foi apenas durante a Idade do Ferro que o sítio conhecido como Quinta do Almaraz foi escolhido como local de habitação. De facto, já no Calcolítico aquele esporão rochoso, sobranceiro ao estuário

do Tejo, estava ocupado, como ficou demonstrado pelo aparecimento de fragmentos cerâmicos com decoração tipo «folha de acácia» (Barros *et. al*, 1993: 145).

Mais importante, pelas implicações que provoca, foi, no entanto, a identificação de cerâmicas que aparentemente evidenciam a sua ocupação durante o Bronze Final (*ibid.*).

Infelizmente, uma vez mais não estão disponíveis muitas informações sobre esta ocupação, cuja existência é apenas referida. De qualquer forma, parece importante destacar que os níveis correspondentes ao Bronze Final se situavam na «plataforma mais elevada» (*ibid.*: 146), onde «...a camada arqueológica não remexida, não permitiu recolher grande informação...» (*ibid.*), uma vez que a sua «...presença era meramente residual...» (*ibid.*). «Neste quadrado, apenas no lado Sul uma fina camada de escassos cm e, em especial, conservada em cavidades do substrato geológico, se conservava. As cerâmicas recolhidas *in situ*, muito escassas, eram, na totalidade de fabrico manual, e atribuíveis ao Bronze Final, sendo as formas mais comuns a taça carenada e o esférico» (*ibid.*).

Ainda no que se refere a este momento ocupacional de Almaraz, há a dizer que os autores informam que «...na área de maior concentração de vestígios do Bronze Final faltam materiais da Idade do Ferro, [e que]nos sectores onde estes ocorrem, assumem carácter quase exclusivo...» (*ibid.*: 167).

Estas aparentes evidências levaram os arqueólogos a defender a hipótese da existência de um hiato entre as ocupações do Bronze Final e sidérica (*ibid.*).

Como é natural, é sempre difícil falar sobre escavações que não são de nossa responsabilidade e onde nem sequer se participou. No entanto, algumas expressões utilizadas, nomeadamente «área de **maior** concentração» e «carácter **quase** exclusivo» (cheio meu), são de reter, no momento de se apresentarem as leituras possíveis. Sinto, pois, que tenho legitimidade para me perguntar o que se passava «nas áreas de **menor** concentração de vestígios do Bronze Final» e qual será o exacto significado, neste contexto, do advérbio **quase**. Por outro lado, não compreendo a razão pela qual os autores descartam a possibilidade de os estratos superiores da plataforma mais elevada onde se escavou a camada correspondente ao Bronze Final, estarem erodidos.

Tudo indica que foi o grande desejo de ver na Quinta do Almaraz um estabelecimento fenício que permitiu sustentar a existência de uma descontinuidade na ocupação proto-histórica do sítio, uma vez que para aqueles autores não parece defensável uma instalação de tipo colonial sobre um *habitat* indígena.

A extraordinária importância do sítio de Almaraz no contexto do comércio fenício ocidental, materializada pelos achados aí realizados, onde se deve destacar, para além da cerâmica de engobe vermelho e das ânforas, o vaso de alabastro (Barros, 1998) e os dois pequenos pesos cúbicos de chumbo (informação pessoal de Luís Barros), idênticos aos de Cerro del Villar (Aubet Semmler, 1997: 210) é inegável a vários títulos e, na minha perspectiva, não ficaria diminuída no caso de o sítio ser muito simplesmente um povoado indígena fortemente orientalizado.

Parece-me, todavia, que os dados publicados não autorizam, por ora, uma efectiva opção sobre a origem étnica dos seus ocupantes durante a Idade do Ferro.

A arqueologia proto-histórica da Andaluzia oriental já demonstrou que a estratégia colonial fenícia nessa área foi exactamente «...su establecimiento junto a un asentamiento indígena costero, configurando un barrio o un núcleo comercial adyacente, tal como as há podido observar en Almuñecar, en Salobreña o en la desembocadura del Guadiaro (Montilla). No solo esto, sino que algunos poblados indígenas aparecen situados muy cerca de las colonias e incluso en clara posición de dominio...» (Aubet Semmler, 1997: 9). O facto de em Almaraz, devido a condições geomorfológicas concretas, parecer estar negada a possibilidade de uma instalação diferenciada poderia explicar a instalação de fenícios no mesmo esporão rochoso então também já ocupado. Mas parece óbvio que este facto não explicaria a pretensa «...distribuição diferencial no terreno dos materiais respectivos [da Idade do Bronze e da Idade do Ferro]» (Barros *et al.*, 1993: 167).

De qualquer forma, gostaria de deixar claro que a existência no local de ocupantes permanentes com origem nas colónias fenícias do Círculo do Estreito me parece uma hipótese a considerar, independentemente do facto de não pensar que seja obrigatório que para que tal tivesse ocorrido seja necessário defender a existência de um qualquer hiato entre a ocupação do Bronze Final e da Idade do Ferro.

Para concluir, diria ainda que é importante não perder de vista que no povoado da Quinta do Almaraz existem demasiados dados que concorrem para defender uma profunda «orientalização» do sítio, nomeadamente a existência do fosso (com

evidentes semelhanças tipológicas ao detectado em Doña Blanca - Ruiz Mata e Pérez, 1995), alguns materiais (vaso de alabastro e pesos cúbicos de chumbo), baixa percentagem de cerâmica manual e elevado grau de desenvolvimento da tecnologia oleira no fabrico das cerâmicas de engobe vermelho.

No entanto, os regionalismos de que se reveste a produção dessa mesma cerâmica de engobe vermelho, concretamente no que se refere à variedade tipológica (tão rara nos sítios de fundação fenícia) e aos perfis das taças, e ainda a existência, no local, de um *habitat* indígena do Bronze Final, tornam obrigatória a formulação de um modelo interpretativo que tenha em consideração essas mesmas realidades.

Só um conhecimento mais aprofundado do sítio, o que, naturalmente, implica a publicação de mais resultados dos trabalhos arqueológicos já efectuados, poderá ajudar no processo de interpretação da Quinta do Almaraz, no contexto da expansão fenícia ocidental, tarefa muito dificultada pela ausência de dados, dados esses que, neste momento, apenas os arqueólogos responsáveis pelos trabalhos possuem. Creio que devo insistir que a divulgação de um planta geral, onde estejam implantadas as estruturas habitacionais, o fosso e as linhas de muralha e a publicação dos materiais arqueológicos, cerâmicos, metálicos, de vidro e outros, permitiriam analisar de outra forma um sítio com a importância que Almaraz parece deter.

Atrevo-me, no entanto, com base no que já foi dado à estampa, a afirmar que considero muito provável uma presença, apesar de não exclusiva, de população oriental em Almaraz. A forma como se processou essa instalação está, contudo, por esclarecer, não me parecendo que seja absolutamente necessário que as estratégias aqui seguidas sejam as mesmas que foram escolhidas no Mediterrâneo Central, na Andaluzia Oriental, ou mesmo nos estuários do Sado e Mondego, pelo que me parece descabido tentar apostar no hiato ocupacional. Julgo que é necessário procurar uma interpretação mais adaptada às circunstâncias concretas, mesmo que essa interpretação não esteja de acordo com os modelos de colonização propostos, nos anos 70 e 80, para a costa de Málaga e Granada. Devo, por isso mesmo, recordar que os dados surgidos na Andaluzia Oriental a partir dos anos 90 quanto à ocupação indígena, vieram trazer novos modelos interpretativos para a estratégia colonial fenícia nesta região, que, naturalmente, puseram em causa os anteriores.

Ainda sobre Almaraz, permiti-me realizar alguns cálculos, no sentido de me aproximar de um outro tipo de análise. Ao estabelecer que a cada hectare correspondem 300 habitantes, como foi proposto por Renfrew (1972), poderia considerar

provável que este sítio do estuário do Tejo tivesse uma população de 1800 indivíduos. No entanto, ao corrigir este número de acordo com outras propostas, como a de Naroul (1962) ou Casselberry (1974), obtive um número de 2000 e 1000, respectivamente. Perante esta disparidade de números, e sem que outros dados possam ser utilizados, nomeadamente a quantidade de espólio destinado a armazenamento e área útil ocupada com habitações e com actividades industriais, tornou-se difícil avaliar qual o número que mais se aproximava da realidade. No entanto, não posso deixar de referir que, mesmo que parte dos seus 6 hectares estivessem destinados às actividades industriais, não pode esquecer-se que essas actividades implicavam uma mão de obra relativamente numerosa que não parece possível estimar agora.

Todavia, mesmo que opte pelo número obtido com base nos cálculos propostos por Casselberry, ou seja o menor, verifica-se que para suprir as necessidades alimentares da população de Almaraz seria necessária uma ampla área de exploração de recursos. Atendendo aos cálculos de Halstead (1989) ou de e Fernández Martinez e Ruiz Zapatero (1984a), que estabelecem que cada indivíduo necessita por ano de 200 ou 210 Kg de cereal, respectivamente, 1000 indivíduos necessitariam, anualmente, de cerca de 200 toneladas de cereal. Tomando em linha de conta que o cultivo cerealífero está estimado em 400 Kg por hectare, abastecer Almaraz de cereais implicaria uma área cultivada de 500 hectares.

Ao comparar estes cálculos com as potenciais áreas de recursos de 12, 30 e 60 minutos verifiquei que estas eram de 11, 23 e 35 hectares respectivamente, o que manifestamente era insuficiente para suprir as necessidades alimentares da população que residia no sítio.

O estudo da fauna, já anteriormente referido, comprova que as proteínas animais contribuíam, de modo decisivo, para alimentação do grupo humano instalado no sítio, o que certamente pode reduzir de forma drástica as áreas necessárias à exploração cerealífera.

No entanto, mesmo admitindo, tal como Jorge de Alarcão (1992: 46), que as proteínas animais correspondem a 50% de uma possível dieta alimentar das populações proto-históricas, o que me permite diminuir consideravelmente as áreas necessárias para o cultivo de cereais, obtenho um número ainda muito superior aquele que a determinação da potencial área de recursos de 60 minutos me forneceu: 250 hectares necessários - 35 hectares obtidos. Os cálculos efectuados para uma potencial área de recursos de 2 horas (110 hectares) tão pouco resolve o problema, agravado pelo facto de não dever também esquecer-se

que a existência de ovicaprídeos e bóvídeos em quantidades apreciáveis implica, também, áreas de pastagem de dimensões consideráveis.

Assim, e mesmo tendo em consideração a exploração dos recursos marinhos, de que a fauna ictiológica e malacológica encontrada em Almaraz é eloquente testemunho, não parece viável que as necessidades alimentares da população deste sítio, mesmo admitindo que 1000 habitantes seja ainda um número exagerado, fosse suprida apenas pelos seus recursos directos.

No concelho de Almada, foram encontrados outros sítios que revelaram ocupação da Idade do Ferro e cujos materiais denotam fortes afinidades com os recolhidos em Almaraz. As relações que, seguramente, se estabeleceram entre os sítios e o significado dessas relações, justificam a sua inclusão neste trabalho, apesar dos dados que existem sobre os primeiros serem, dramaticamente, escassos.

Outro povoamento sidérico da margem esquerda do estuário do Tejo

No Concelho de Almada têm vindo a ser reconhecidos outros sítios arqueológicos onde está atestada uma ocupação da Idade do Ferro de cariz orientalizante e que, naturalmente, pode relacionar-se com a que se verificou no povoado de Almaraz. Infelizmente, são muito escassas as informações de que se dispõe sobre esses sítios.

Na Rua Manuel Febrero, na Cova da Piedade, a construção de um prédio de habitação trouxe à superfície materiais arqueológicos sidéricos, cronológica e culturalmente afins dos recolhidos em Almaraz (Silva e Soares, 1986; Barros, 1998). Não se procedeu a qualquer trabalho de arqueologia no local, tendo sido apenas recolhido algum espólio «..destacando-se um fragmento de prato de engobe vermelho (aplicado no interior do recipiente) de bordo largo e dois vasos de fabrico manual: um decorado por impressões feitas a punção, encontra paralelos, pelo que respeita à forma e à decoração, em Toscanos; o outro é decorado por duplas unguações» (Silva e Soares, 1986: 135). Existem ainda informações sobre a recolha no local de cerâmica pintada em bandas policromas e ânforas (Barros, 1998: 38).

O tipo de informação de que se dispõe sobre este sítio arqueológico, em alguma bibliografia designado como «povoado da pedrada», é pois, como se vê, praticamente nulo, decorrendo deste facto a impossibilidade de extrair qualquer conclusão. Não é possível determinar qual teria sido a sua extensão, quais seriam as áreas ocupadas, não se sabendo também qual era a representatividade dos materiais orientalizantes no conjunto total. Apenas é possível afirmar que a actual Cova da

Piedade, localizada a SE de Almaraz, está circundada por terrenos argilosos, com um considerável potencial agrícola, e que, hoje, como na Antiguidade, os terrenos onde o sítio se implanta são planos. Assim, na ocupação aqui pressentida não parece ser evidente qualquer tipo de preocupação de ordem defensiva.

A Quinta do Facho implanta-se sobre a arriba fóssil dos Capuchos, sendo a área planáltica, mas pouco acidentada. O sítio não se destaca pois na paisagem envolvente, não parecendo que na estratégia da ocupação tenham pesado quaisquer factores relacionados com a protecção do sítio. Localiza-se junto ao Monte da Caparica, a Sudoeste de Almaraz.

Também aqui não foram efectuados quaisquer trabalhos arqueológicos de escavação, que se limitaram à recolha de materiais trazidos à superfície por obras de urbanização. A informação sobre o conjunto artefactual recolhido é, igualmente, limitada. Sabe-se apenas da existência de cerâmica a torno idêntica à de Almaraz, nomeadamente ânforas e pratos de engobe vermelho (Barros, 1998: 35, 38). Ao que parece a cerâmica manual domina no inventário (informação pessoal de Luís Barros).

A análise da cartografia disponível permitiu verificar que o sítio se implantou sobre terrenos argilosos, onde é possível detectar a predominância de solos das Classes A e B.

A escavação das grutas artificiais de S. Paulo permitiu também recolher espólio arqueológico afim do de Almaraz, nomeadamente pratos e taças de engobe vermelho, cerâmicas cinzentas e ânfora (*ibid.*: 35; Barros e Espírito Santo, 1997). Não me parece, no entanto, que seja possível falar aqui de ocupação sidérica destes monumentos funerários, mesmo que essa ocupação se tratasse apenas de «...um acampamento...» (*ibid.*: 218). A cerâmica orientalizante, bem como a abundante fauna (mamalógica, malacológica, ictiológica), aqui encontrada podem, simplesmente decorrer de uma violação, durante a Idade do Ferro, dos espaços funerários neolíticos e calcolíticos. Essa violação, que os próprios autores admitem («É de referir que na grande maioria dos quadrados escavados havia materiais da Idade do Ferro e cascas de moluscos até à rocha de base, em percentagem variável, o que pode ter acontecido através de um remeximento intencional...» - *ibid.*), era perceptível pelo revolvimento da quase totalidade dos enterramentos pré-históricos, revolvimento que certamente resulta da já citada violação.

Não é também improvável que as grutas artificiais de S. Paulo fossem, com alguma frequência, utilizadas como abrigo, o que justificaria, na minha perspectiva, a existência daslareiras e as refeições consumidas de que a fauna encontrada é testemunho.

A proximidade entre as grutas artificiais de S. Paulo e de Almaraz não torna difícil concluir que foram os habitantes deste último sítio os responsáveis pela violação das primeiras e, naturalmente também, pelos materiais arqueológicos orientalizantes aí encontrados, não me parecendo que qualquer dado concorra para aceitar que se trata «...de população aparentemente não indígena.» (*ibid.*).

Breve análise do povoamento orientalizante da margem esquerda do estuário do Tejo

Não tenho grandes dúvidas quanto ao facto de os três sítios atrás analisados estarem intimamente relacionados entre si e mesmo da sua contemporaneidade, pelo menos durante um momento concreto da Idade do Ferro.

Os dados que atrás apresentei parecem também indicar que existiu nesta região um povoamento hierarquizado, onde a Quinta do Almaraz representou, com toda a certeza, o papel de Lugar Central. A implantação e localização dos três sítios são de facto distintas, não podendo ignorar-se, nesta avaliação, a área ocupada e a quantidade e a diversidade do material arqueológico recolhido no povoado de Almaraz.

Por outro lado, mas no mesmo contexto, não me parece descabido imaginar que o povoamento sidérico da Quinta do Almaraz, da Quinta do Facho e da Cova da Piedade se pode também diferenciar entre si pelos distintos tipos de actividades económicas praticadas.

Apesar dos dados de que se dispõe não primarem pela abundância, parece possível admitir que as indústrias transformadoras e o comércio ocupavam, maioritariamente, os habitantes do primeiro dos sítios. Já referi anteriormente que as trempes recolhidas durante a escavação revelam que a produção cerâmica no local foi, certamente, uma realidade, havendo suficientes indícios para defender que a prática da metalurgia era uma actividade praticada sobre o sítio. Também a concentração, em área restrita, de grainhas de uva pode relacionar-se com a produção de vinho.

A localização de Almaraz, a existência de um porto em Cacilhas, directamente relacionado com o povoado, e ainda a possibilidade de, pelo menos em parte, a população ter uma origem oriental possibilitam considerar segura a hipótese de ser

este o sítio que, na margem esquerda do Tejo, assumia o controle territorial, controlando igualmente os pequenos povoados localizados na sua área de influência directa, que assim dele dependiam política e administrativamente.

A Quinta do Facho e a Cova da Piedade, implantados sobre solos férteis, de grande produtividade agrícola, contribuíam talvez para suprir as necessidades, em termos alimentares, da população de Almaraz, cujo esforço produtivo se concentrava em outras actividades económicas.

Tudo indica, portanto este caso é um bom exemplo de relações típicas do modelo de subordinação.

Esta conclusão, que penso autorizada pelos dados existentes, conduz inevitavelmente à assunção que seria em Almaraz que residia a elite político-administrativa, que por um lado controlava e geria a produção da área envolvente, e por outro dominava localmente o comércio regional e a longa distância. Parece-me óbvio que era essa elite que habitava em Almaraz que centralizava as funções administrativas e sociais e controlava o comércio. A organização da produção e da propriedade dos meios de produção, e talvez a distribuição e o consumo seriam tarefas geridas por essa elite.

Julgo ainda importante frisar aqui que considero que o povoamento orientalizante da margem esquerda do Tejo está intimamente relacionado com aquele que se verifica a Norte do estuário, materializado nos achados dos povoados de Lisboa e Santa Eufémia e nos sítios de Outorela, Moinhos de Atalaia e Freiria.

Ana Arruda

ANEXO 02

Elementos relevantes para definição da intervenção da geologia/geotecnia na zona da Quinta do Almaraz, do Cais do Ginjal e toda a envolvente inserida na área em estudo.

1. Introdução

Nesta fase, o documento será sintetizado de forma o mais abrangente possível sobre os aspectos considerados mais relevantes para a zona do Ginjal e Arriba. Deste modo, serão focados os seguintes pontos: estudos geológico/geotécnicos, medidas de protecção da arriba; e monitorização.

Uma das preocupações, das disciplinas da Geotecnia/geologia que têm vindo a estudar as intervenções relativas à eventual ocupação da zona ribeirinha, referenciada como Ginjal e zona envolvente imediata arriba, tem sido o de conseguir acentuar que o fenómeno em causa (queda de blocos e instabilidade geral da arriba) é natural, típico do tipo de formações existentes e mais do que isso é inevitável, sendo quanto muito controlável durante um certo período de tempo.

Compete então que se entenda que as intervenções que eventualmente se decidam fazer na zona subsequente deverão ser cautelosas e extrair partido da disponibilidade ou não de zonas de menor probabilidade de ocorrência de fenómenos de instabilidade. Posto isto, será necessário um elaborar um **estudo Geológico/geotécnico aprofundado** dos fenómenos em causa, identificando ao longo da arriba todas as ocorrências relevantes.

Consequentemente com a implementação do Estudo de Enquadramento Estratégico será necessário que se desenvolva um aprofundado estudo que deverá definir com exactidão quais os locais aonde é necessário intervenção, directa sobre a arriba; se torne indispensável, proteger zonas a edificar; e estabelecer com rigor quais as zonas aonde uma monitorização será aconselhável.

2. Estratégia para a Elaboração do Estudo Geológico/geotécnico

Para a execução deste estudo propõem-se o lançamento do mesmo por concurso público.

A “empreitada” deverá ser coordenada por uma empresa de projecto que detenha conhecimento específico (currículum) neste tipo de obra, contará com um empreiteiro especializado (em sondagens e em execução de contenções periféricas, paredes tipo Berlim, cortinas de estacas, etc.) e estabilização de taludes (betão projectado, redes de protecção, pregagens, etc.), e um conjunto de assessores (professores universitários ou estudantes de mestrado/ doutoramento) que tenham ao longo da sua carreira realizado e aprofundado artigos/teses/estudos sobre a área em causa (preferencialmente contendo um geólogo, um engenheiro geólogo e um engenheiro civil que tenham realizado projectos neste território).

Estabelecida uma equipa coerente esta deverá numa primeira fase proceder à recolha dos elementos já disponíveis sobre o local : teses, trabalhos realizados pela Câmara Municipal de Almada, trabalhos universitários, sondagens e projectos de contenções já realizados para o local. Seguidamente será necessário que esta equipa defina um plano de sondagens à

furação, com recolhas de amostras para execução de ensaios sobre rocha e solo, proceda ao levantamento exaustivo das camadas (atitudes, falhas, etc.). Como ultimo passo sugere-se que se estabeleçam zonas de intervenção (utilizando algumas das soluções propostas nos pontos seguintes, ou outras que se venha a entender de melhor qualidade) e zonas de monitorização.

Sugere-se assim que este estudo compreenda pelo menos as seguintes questões:

- Furação em rocha com amostragem continua;
- Furação em solo com amostragem continua;
- Execução de ensaios Nspt;
- Execução de ensaios de compressão uniaxial em rocha, com identificação das zonas em que a resistência à compressão é inferior a 20 Mpa;
- Ensaio de cicelamento em rochas;
- Identificação das estruturas geomorfológicas;
- Execução de ensaios cross-hole e sísmicos para determinação de camadas e atitudes incluindo respectivos furos;
- Instalação de piezómetros incluindo a execução das furações respectivas;
- Ensaio com georadar para determinação de vazios e acompanhamento de zonas de descontinuidade, incluindo acessos e plataformas;
- Ensaio laboratoriais para determinação de permeabilidade das rochas retiradas e para determinação do grau de desgaste/arraste de material;
- Criação, escolha e Consolidação de modelo matemático para previsão de rupturas e respectivos parâmetros;
- Determinação das zonas com solos de pior "qualidade" incluindo recolha de material para ensaios;
- Ensaio de compressão uniaxial em solos para identificação de zonas com valores abaixo dos 0.4 Mpa;
- Ensaio para determinação de coesão e ângulos de atrito, para identificação de zonas de coesão inferiores a 75 kPa e ângulos de atrito inferiores a 28°;
- Determinação de limites de liquidez, plasticidade e curva granulométricas de várias zonas.
- Determinação da permeabilidade dos solos encontrados

Com o resultado destes estudos poder-se-à identificar as zonas a monitorizar, e permitirá escolher com precisão qual a solução mais indicada para cada tipo de fenómeno/zona bem como proceder, caso se entenda favorável, à execução dos projectos para cada zona.



3. Estratégia das Medidas de protecção da Arriba

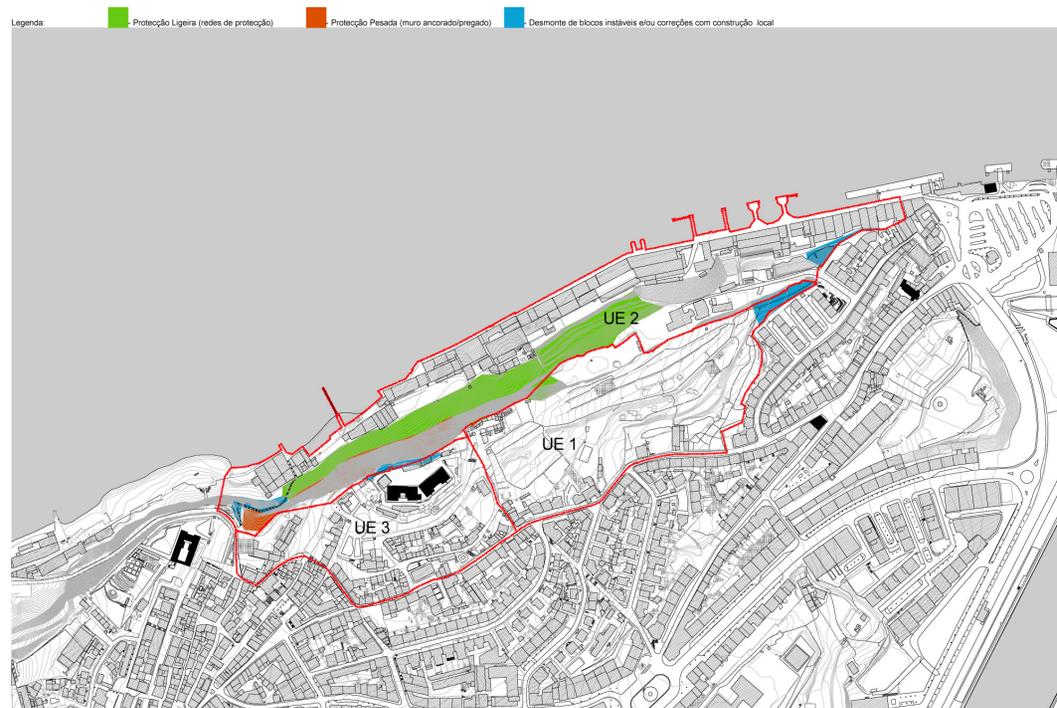
Propõe-se com esta estratégia um conjunto, simples mas eficaz, de medidas para cada tipo de zona (a determinar de acordo com o capítulo anterior). A Estratégia das Medidas de protecção da Arriba tenta fornecer o tipo de soluções que se entendem como mais indicadas para a zona da arriba e propõe zonas onde a intervenção tenta colmatar deficiências encontradas.

Assim sendo, como principais intervenções (tratamento e protecção) existem:

- Zona de acesso sob a actual casa da juventude.
- Zona do/e sob o castelo
- Zona das escadinhas da Boca do Vento
- Arriba no tardo de todo o cais Ginjal

Para que haja uma correcta definição das zonas, soluções e monitorizações a implementar na área do estudo serão, à partida, criadas condições para o aparecimento, à posteriori, de estudos dos vários locais com mais pormenor, mais rigor e coincidentes com preocupações mais localizadas e não tão abrangentes como no âmbito deste Estudo de Enquadramento.

Seguidamente apresenta-se as zonas em planta para melhorar a percepção das zonas referidas anteriormente:



3.1. Possíveis elementos de reforço e medidas preventivas a tomar nas zonas a proteger.

Na fase de Visão Estratégica não há elementos suficientes para a prescrição correcta e determinística dos locais a intervir, assim indica-se seguidamente algumas soluções possíveis.

Existem assim três tipos de intervenção; desmonte de blocos e zonas; protecções ligeiras (redes, etc.); e protecções pesadas (betão projectado, pregagens, ancoragens, etc.)

3.1.1. Sistemas de Protecção ligeira

Estes sistemas são constituídos por malhas em rede de vários graus de resistência e rigidez. Deverão ser propostos três destes tipos protecção ligeira, redes que sejam mais flexíveis e que fiquem pregadas a zonas de encosta, redes mais fortes com inclusão de cabos (tirantes, ou cabos de aço de maior área) para zona mais instáveis e redes de protecção de fim da talude.

Este tipo de soluções têm ainda a vantagem de serem facilmente associáveis à monitorização. Podem-se estabelecer sistemas de aviso ou alerta na encosta, com a inclusão nas redes de protecção de sistemas dinâmicos e sistemas via GPS que possam eventualmente avisar o município (*Centro de Estudos da Arriba*, Protecção Civil, etc.) da ocorrência de desprendimentos de materiais em certas zonas ou do começo de movimentos que indiciem problemas (principalmente na época de maior precipitação).

Os sistemas de redes descritos anteriormente podem ser pontualmente complementados com painéis de protecção de cabos de aço de alta resistência, criando assim um sistema de protecção activa dos maciços.

As malhas em rede apresentadas anteriormente chegam a suportar como máximo, cargas até 7000 kg, em queda a velocidades até 100km/h, situação com cabos de aço e sistemas dissipadores de energia e perfis metálicos. A questão mais relevante neste tipo de solução é a percepção das zonas onde fixar as redes e os sistemas auxiliares, situação que também deverá ser acautelada.

redes de protecção dinâmica (malha de arame de tripla torção, perfis metálicos, dissipadores de energia e cabos de aço.)



3.1.2. Sistemas de Protecção pesada

Nos sistemas de Protecção Pesada serão desenvolvidos métodos de protecção com ancoragens definitivas com controlo por células de carga e levantamento topográfico permanente, tal como já referido anteriormente.

O Equipamento a implementar, *Centro de Estudos da Arriba*, poderá ser o centro fulcral para a análise de zonas sensíveis e serão nestas zonas desenvolvidas competências para o estudo automatizado para a aquisição de dados e acoplagem com sistemas de SIG que poderão em tempo real determinar medidas de urgência e controlar várias secções problemáticas da arriba onde se poderá por exemplo incluir a estrutura de contenção associada ao elevador/Olho de Boi, por exemplo.

Do que já se pode observar a maior parte das soluções serão do tipo de protecção com betão projectado com pregagens e ancoragens, sendo que em algumas zonas será provavelmente aconselhável introduzir sistemas do tipo muro de contenção tipo Berlim.

As soluções mais pesadas acarretarão maiores custos, nomeadamente pelos meios a mobilizar e pela dificuldade extrema de execução imposta pela arriba.



4. Monitorização – Centro de Estudos da Arriba

Faz parte da Estratégia apontada considerar a criação de um *Centro de Estudos da Arriba* que servirá para implementar um conjunto de projectos de investigação que promovam o estudo das variadas formas de respostas dos elementos geológicos presentes.

Definição : Pretende-se dinamizar um “laboratório” natural que aproveite as singularidades e o enquadramento geológico/geotécnico da Quinta do Almaraz. Este laboratório deverá em especial aproveitar a arriba e a sua relação com o Cais do Ginjal e as restantes estruturas adjacentes, para desenvolver projectos de determinação e avaliação de risco de quedas de blocos e proceder à caracterização específica para cada zona.

Para dar continuidade a tal ideia será assim preciso criar uma relação de simbiose em que grupos de alunos/investigadores actuem ao longo de toda a encosta desenvolvendo projectos de investigação sobre: monitorização sobre a encosta e seus fenómenos mais relevantes, a sua litologia, novas propostas de previsão de danos e erosões, testar eventualmente algumas soluções de reforço, fornecendo um estudo activo e permanente da encosta.

Em contrapartida seria equacionada a existência de espaço, material informático, apoio institucional na promoção dos projectos de investigação, etc.

Será preciso dinamizar um espaço que acomode:

- Uma sala de informática para 4 a 6 utilizadores;
- Uma sala de tamanho médio para pequenas aulas de cariz eminentemente práticas para por exemplo 30 alunos de licenciatura (eventuais acordos entre a C.M.A. e a UNL ou UTL, etc. em que se promova um trabalho de uma cadeira relacionado com alguns dos vários aspectos do estudo de arribas, mecânica de rochas, etc.);
- Duas a três salas para apoio a equipas de até 3 investigadores;
- Uma sala de arrumação para equipamentos técnicos de monitorização e instrumentação geotécnica (por exemplo um dataloger, um geo-radar, etc, que poderão ser adquiridos, ou negociada a sua utilização através de acordos comerciais, em que alunos/investigadores irão por exemplo aplicar novas tecnologias ou novos equipamentos e posteriormente promover os fabricantes e/ou marcas de equipamentos em seminários, congressos, etc.);
- Uma zona aberta de “galeria” que possa por exemplo fornecer vistas directas sob/sobre a arriba;
- Será ainda necessário a criação dos restantes espaços comuns.

Numa primeira fase o centro deverá produzir/estudar um conjunto de elementos essenciais para determinar os vários fenómenos de instabilidade e que são condicionantes para o estudo da estabilidade de “taludes” naturais, do tipo dos apresentados seguidamente:

- Factores condicionantes e desencadeantes;

- Factores naturais;
- Factores hidrológicos;
- Condicionantes humanas nos locais de estudo;

O estudo inicial consistirá na tradução das instabilidades já verificadas nos vários “taludes” (inclinações e morfologia diferenciada da arriba) criando-se uma classificação para os vários movimentos já ocorridos e tentando proceder à sua identificação e classificação segundo diversos critérios. A fase de reconhecimento e classificação dos tipos de movimentos ocorridos é de grande importância, já que pode condicionar as análises futuras e a forma de prever o controle e a estabilidade/aceitabilidade dos estudos seguintes.

Será necessário identificar os tipos mais presentes de deslocamentos verificados, tais como, quedas de blocos, “toppling” ou tombamento, deslizamentos rotacionais e translacionais e movimentos complexos envolvendo alguns dos anteriores. Esta identificação não exclui que se venham a identificar outras formas de ruptura (algumas já identificadas em anteriores documentos fornecidos).

Numa segunda fase o centro de estudos deverá criar uma ou várias relações de dependência entre os distintos tipos de movimentos e suas consequências, e com essa/essas dependência/s estudadas e avaliadas, definir os conceitos de risco e perigosidade, para os vários locais.

Será então necessário estudar, nos movimentos das várias zonas que constituem a arriba uma série de factores que influenciam as consequências que as rupturas podem originar. Estes factores serão:

- As velocidades com que se desenvolvem os fenómenos;
- Os volumes de materiais envolvidos;
- A frequência com que se produzem os movimentos.
- A velocidade com que se produz o movimento dependerá por exemplo da:
 - Inclinação do talude;
 - Forma da superfície de ruptura;
 - Propriedades físicas dos materiais envolvidos;
 - Rugosidade das diáclases;
 - Comportamento tenso-deformacional de secções do maciço;
 - Litologia do maciço;
 - Caracterização exaustiva das discontinuidades do maciço (estratificação, diáclases, falhas, superfícies de fraqueza, etc.); será ainda de estudar o tipo, origem, distribuição espacial, tamanho, persistência, espaçamento, rugosidade, natureza do preenchimento, presença de água, etc.;
- Litologia dos elementos envolvidos;

- História evolutiva da arriba;

Será desenvolvido pelo **Centro de Estudos da Arriba**, ao longo de um conjunto de anos a determinar, um extenso e rigoroso programa de ensaios e de inspecções, visuais ou utilizando técnicas mais recentes, georadares, caracterizações por ondas sísmicas, etc, implementando um mapa do risco envolvido nos escorregamentos, em que o risco será definido, consoante a sua maior ou menor probabilidade de ocorrência e da importância dos danos resultantes, um mapa identificativo das situações mais relevantes ou preocupantes.

Como referido anteriormente será também necessário definir a perigosidade, consistindo basicamente em avaliar as consequências das instabilidades devido a determinadas circunstâncias, a nível humano assim como material.

O nível de risco associado a cada tipo de escorregamento irá correlacionar a avaliação de parâmetros determinantes da sua estabilidade: topografia, hidrologia, descontinuidades, etc. com os elementos de perigosidade detectados.

Também há que desenvolver estudos sobre a possibilidade de certos movimentos ocorrerem, as suas trajetórias mais prováveis e os antecedentes da zona. Os níveis de risco deverão assim, por exemplo, ser definidos em quatro categorias: risco mínimo, risco médio, risco elevado e risco muito elevado.

A perigosidade dependerá assim da zona em que se poderá originar o movimento. Também dependerá da velocidade com que se possa produzir o movimento e o volume envolvido neste. Serão assim estes os três parâmetros a correlacionar para que se possa fornecer uma carta de simples leitura para que a Câmara Municipal Almada consiga de forma fácil e expedita atribuir uma perigosidade ao maciço da zona a intervir e proceder consoante os trabalhos que se entendam vir a verificar.

Estes mapas, estas **análises e estudos** deverão ser assim criadas e **desenvolvidas pelo Centro de Estudos da Arriba**, com a definição das causas dos deslizamentos a serem estabelecidas por observações “a posteriori” ou “retroanálises” em casos de deslizamentos recentes ou antigos e, sempre que se possam monitorizar “in situ”, os deslocamentos e outros parâmetros necessários à sua caracterização.

O **passo final** será o estabelecimento de um ou mais modelos de previsão que assentem num ou vários modelos geomecânicos para toda a extensão da zona da arriba.

Assim sendo, a criação dos modelos referidos no parágrafo anterior servirão para providenciar mais pontos de estudo (para desenvolvimentos de projectos científicos, teses de mestrado ou doutoramento, etc.) nos vários passos do desenvolvimento dos modelos.

A criação dos modelos geomecânicos deverão passar pelos seguintes pontos (tal como sugerido por Gama, C.D.):

Mapeamento geotécnico detalhado da arriba e da sua envolvente, criando mapas com litologias, descontinuidades, alterações e divisão do maciço em classes:

- Para cada família de descontinuidades, análise estatística das suas atitudes, espaçamentos, comprimentos expostos, rugosidades e preenchimentos;

- Recolha de testemunhos representativos de vários elementos e juntas do maciço, e realização de ensaios de cisalhamento, de resistência à tracção, etc.
- Retroanálise da posição dos centros de rotação, superfícies de deslizamento, etc. e do regime de fluxo da água no talude e de outras forças exteriores actuates.
- Selecção do/dos mecanismos de rotura mais crítico/os.

Como se tentou demonstrar existirão vários temas aptos para a produção científica de interesse para a comunidade e com aplicação directa e útil para a Câmara Municipal Almada. Convém realçar que dada a elevada heterogeneidade do local seria de todo o interesse obter várias opiniões em estudos diversificados, utilizando várias técnicas e metodologias para que se possa vir a conhecer a médio prazo todo ou a generalidade do comportamento e caracterização da arriba e sua envolvente.

5. Quinta do Almaraz e ruas a Sul

Independentemente das soluções e ou preconizações para as zonas em que claramente já existe uma percepção das dificuldades de cariz geológico/geotécnico será desenvolvido, durante a realização do Plano de Pormenor da Quinta do Almaraz, o documento de acompanhamento para a restante área de intervenção que definirá com precisão quais os cuidados a ter, as sondagens a executar para cada local e o sistema de reforço a implementar, se necessário.

Para as novas intervenções a propor na fase seguinte, será ainda necessário a definição simplificada do sistema de fundação de certos elementos e no caso da existência de remoção de alguns volumes de terras ou da criação de zonas de caves, a definição dos sistemas de desmonte e contenção respectivamente.

Estas definições poderão ser na forma de sugestões, por exemplo com a criação de cortinas de estacas para algumas das intervenções junto a prédios nas ruas.

As sugestões a apresentar serão então validadas ou substituídas por outras opções após estudos geotécnicos a desenvolver em cada intervenção e já fora do âmbito deste estudo.

Serão fornecidas tabelas para a criação simplificada das exigências de cariz geológico/geotécnico a introduzir nos vários projectos de por exemplo: estruturas de contenção, estruturas de contenção por gravidade (quando e se as atitudes das falhas assim o permitam), etc.

A Câmara Municipal Almada terá, na sua posse o documento que condiciona a qualidade, quantidade e relevância dos estudos a exigir nas intervenções a executar (excepto na zona do cais do ginjal e arriba, que deverá ser amplamente estudada com e como referido anteriormente), bem como o tipo de técnicos que os devem efectuar e a sua estrita ligação com o Centro de Estudos da Arriba, ou no caso de este ainda não ter sido criado, as recomendações que os documentos existentes apresentam hoje em dia, teses e trabalhos disponíveis em universidades como por exemplo a Universidade Nova do Monte da Caparica, que deverão ser tidas em conta na criação dos projectos de execução.

ANEXO 03

Acessibilidade

A acessibilidade à área de estudo da Quinta do Almaraz deverá, globalmente, respeitar o esquema previsto nas Acessibilidades 21. É provável que na acessibilidade ao Castelo – Hotel seja necessária uma reconfiguração na rede viária local de forma a garantir adequadamente o acesso a veículos pesados de turismo.

Ao nível do estacionamento são referidas necessidades pontuais para as áreas previstas para desenvolvimento no âmbito do Estudo de Enquadramento Estratégico. Inevitavelmente os temas de circulação e de estacionamento apresentam uma grande interdependência resultando da sua análise o dimensionamento de dois silos projectados para a zona em função da capacidade das vias locais que se pretendem de íntima convivência peão/veículo (eixo da R. Elias Garcia).

A - Centro de Interpretação Arqueológica da Quinta do Almaraz

Deverá ser considerada uma área de estacionamento para veículos pesados de apoio às visitas (nomeadamente escolares) e, em período complementar, às operações de cargas e descargas.

B - Quinta dos Ingleses – Lar 3ª Idade

Deverá ser considerada uma área de estacionamento para apoio: ambulâncias, cargas e descargas, visitas.

C - Castelo – Hotel

Deverá ser considerada uma área de estacionamento para ligeiros e para pesados de apoio às instalações hoteleiras. Adicionalmente deverá ser considerada a possibilidade de inversão de marcha dos autocarros. Prevê-se a construção de um eixo rodoviário (no enfiamento da Rua D. Maria da Silva) com os dois sentidos para acesso rodoviário ao castelo a partir da Rua Elias Garcia.

Os percursos propostos de acesso para veículos pesados são os seguintes:

- Praceta Gil Vicente – Rua D. Maria da Silva – Rua Infanta D. Beatriz – Rua Elias Garcia – eixo de ligação ao Castelo;
- Eixo de ligação ao Castelo – Rua Elias Garcia – Rua D. Luís de Noronha – Rua Francisco de Andrade – Rua Bernardo Francisco da Costa – Praceta Gil Vicente.

Estes eixos deverão comportar em termos de perfil transversal a circulação de veículos pesados, com destaque para os autocarros de turismo.

D - Parques de Estacionamento

Estes parques deverão ter por objectivos de forma preferencial a oferta a moradores (com a implementação do novo esquema de circulação rodoviária e de prioridade ao peão serão suprimidos alguns lugares de estacionamento com especial ênfase na R. Elias Garcia) e, no que for possível em termos de espaço e de carga na rede viária local, a visitantes (com o desenvolvimento previstos é expectável o aumento de visitantes).

Silo Almaraz : Edifício de 5 a 6 pisos a localizar no extremo Nascente da Quinta do Almaraz, com uma área bruta de construção de 15.000 m² a que deverão corresponder cerca de 500 lugares de estacionamento para veículos ligeiros estimados de acordo com o quadro A anexo.

O acesso será feito pela Rua Elias Garcia.

Silo Ginjal : Edifício de 8 a 11 pisos a localizar na zona Nascente, com uma área bruta de construção de 19.000 m² a que deverão corresponder cerca de 600 lugares de estacionamento para veículos ligeiros, conforme apresentado no quadro B anexo.

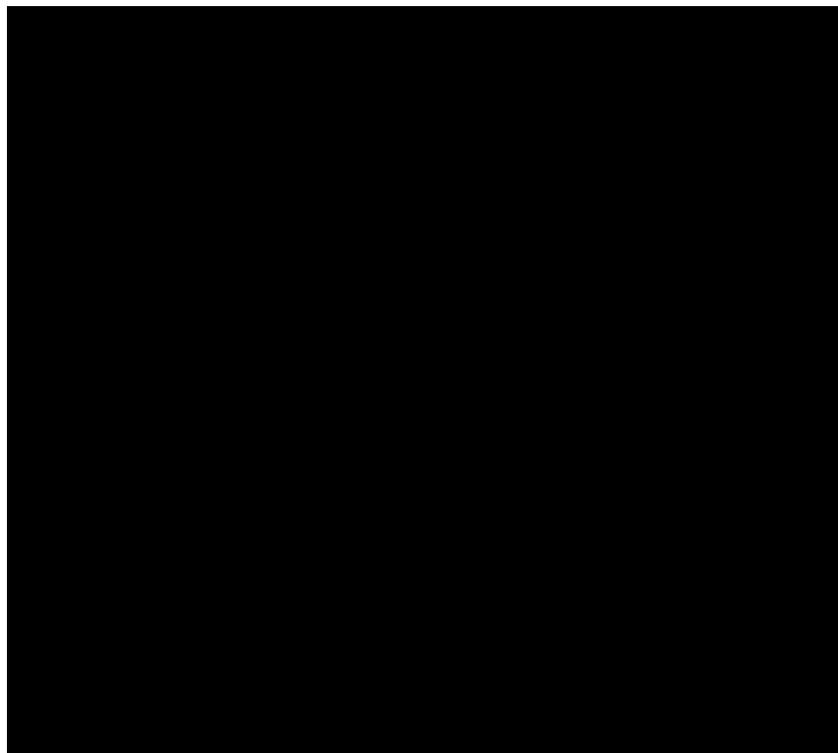
O acesso será para a Rua Trindade Coelho. Deverá ser ponderada a hipótese de uma entrada adicional pelo Cais do Ginjal, ao nível do piso inferior, exclusivamente para os moradores no cais. Este edifício para além da função estacionamento permite também um acesso pedonal e mecânico entre as plataformas da cota intermédia cota inferior no Ginjal.

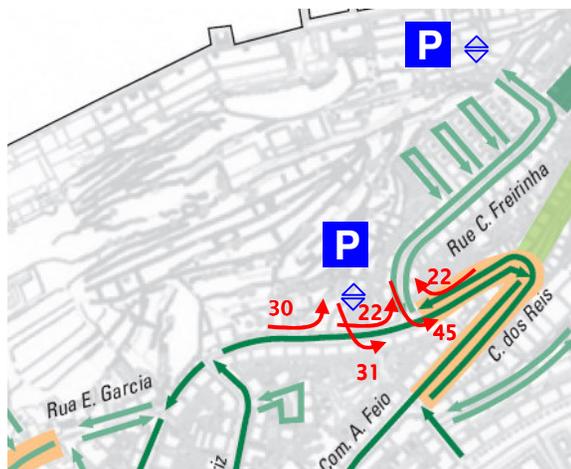
Impacte dos parques de estacionamento na rede viária local

Para efeitos de avaliação do impacte dos dois parques de estacionamento em silo na rede viária da zona em estudo (com destaque para os eixos R. Elias Garcia e R. Trindade Coelho) foram efectuadas estimativas de geração de tráfego de cada um dos silos e propostas afectações à rede viária.

Releva-se que a R. Trindade Coelho suportará apenas o silo do Ginjal enquanto a R. Elias Garcia garante acesso aos dois parques. Desta forma o eixo crítico será este último pelo que a análise incidirá apenas sobre ele.

A quantificação da estimativa de geração de tráfego dos parques de estacionamento (soma dos dois sentidos) resultou das seguintes percentagens de movimentos associados a cada um dos usos de solo, resumida nos quadros seguintes:





A afectação proposta à rede viária é a da figura seguinte, tendo por base que a atracção do parque do Ginjal se distribui igualmente pela R. Elias Garcia e pela C. Dos Reis.

O cenário mais desfavorável é o do fim-de-semana onde se admitiu uma forte afluência do público.

A afectação admitida resulta em 98 veíc / hora. Releva-se que este fluxo se refere apenas à geração de tráfego dos silos e para o seu período mais crítico. No entanto não é expectável que o tráfego local ao fim-de-semana seja elevado pelo que se considera que a rede viária deverá suportar a dimensão proposta para os parques de estacionamento.

E - Cais do Ginjal

A circulação rodoviária ao longo de todo o cais deverá ser condicionada, com controlo de acessos em Cacilhas:

- aos que tiverem estacionamento privativo;
- às cargas e descargas;
- à recolha de RSU e manutenção;
- aos prioritários.
- ao eventual serviço de transportes públicos;

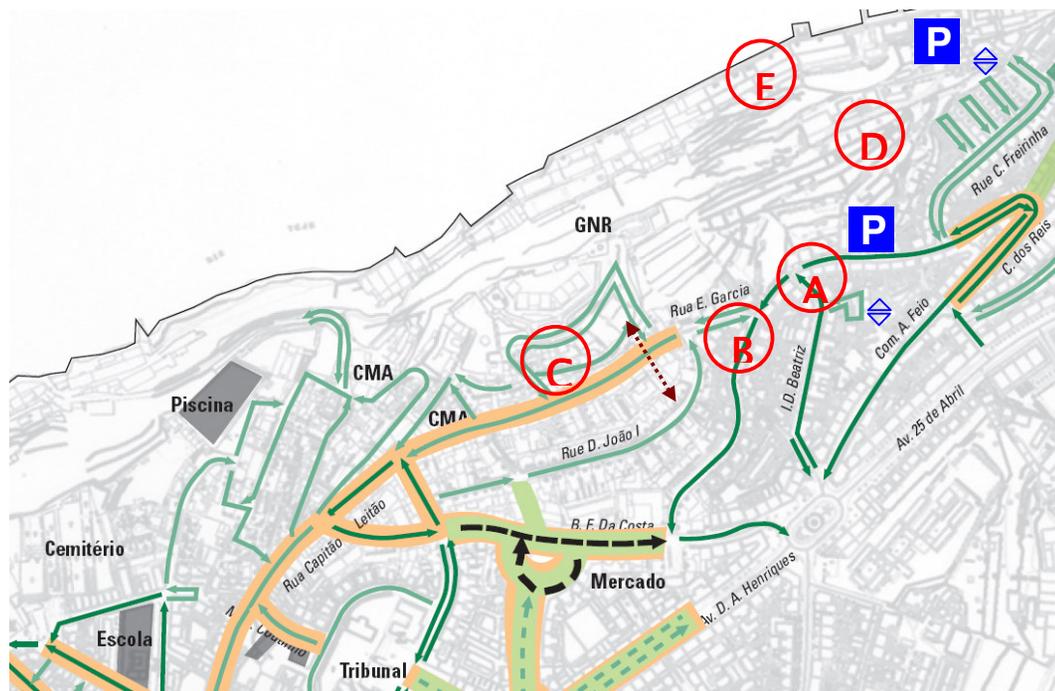
Deverão ser previstas áreas de inversão de marcha considerando a circulação de veículos pesados de pequenas dimensões.

Com base nestes desenvolvimentos inseridos no Estudo de Enquadramento Estratégico são propostas pequenas alterações ao esquema de circulação das Acessibilidades 21, nomeadamente:

- abertura de um novo eixo para acesso rodoviário ao Castelo; este deverá comportar nos dois sentidos a circulação de veículos pesados; considerando que a rede viária desta zona de Almada é de reduzidas dimensões e apresenta declives acentuados a acessibilidade destes veículos deverá ser condicionada a percursos específicos como os apresentados em C.;

Localização das áreas de desenvolvimento e das alterações pontuais à Acessibilidades 21

- A** Áreas de desenvolvimento:
 - A – Centro de Interpretação Arqueológica da Quinta do Almaraz
 - B – Quinta do Ingleses – Lar 3ª Idade
 - C – Castelo – Hotel
 - D – Parques de Estacionamento
 - E – Cais do Ginjal
-  Alterações pontuais ao esquema de circulação da Acessibilidades 21
- P** Parques de estacionamento (silos) e localização dos acessos



QUINTA DO ALMARAZ – ESTUDO DE ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

ACESSIBILIDADE – FICHAS DE PERCURSOS A PRIVILEGIAR

A – R. Elias Garcia / R. Liberato Teles / Av. 25 de Abril

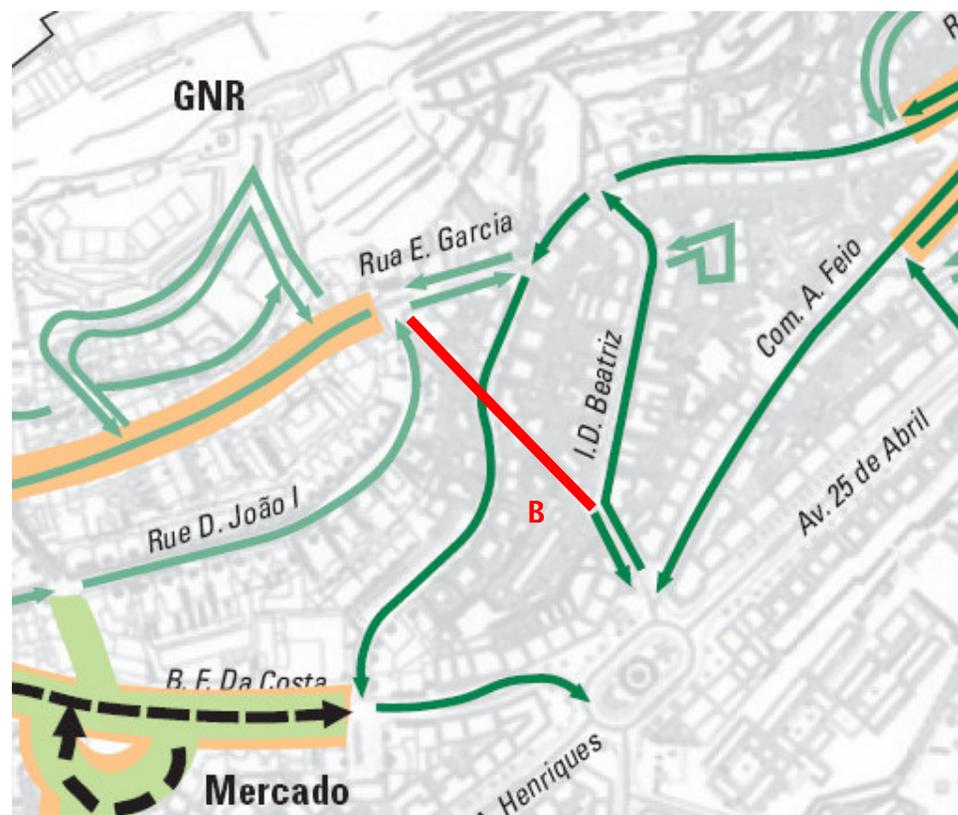
O Estudo Acessibilidades 21 prevê para este canal a utilização rodoviária e a prioridade aos peões mantendo o actual sentido ascendente (Sul / Norte).



B – R. D. Maria da Silva

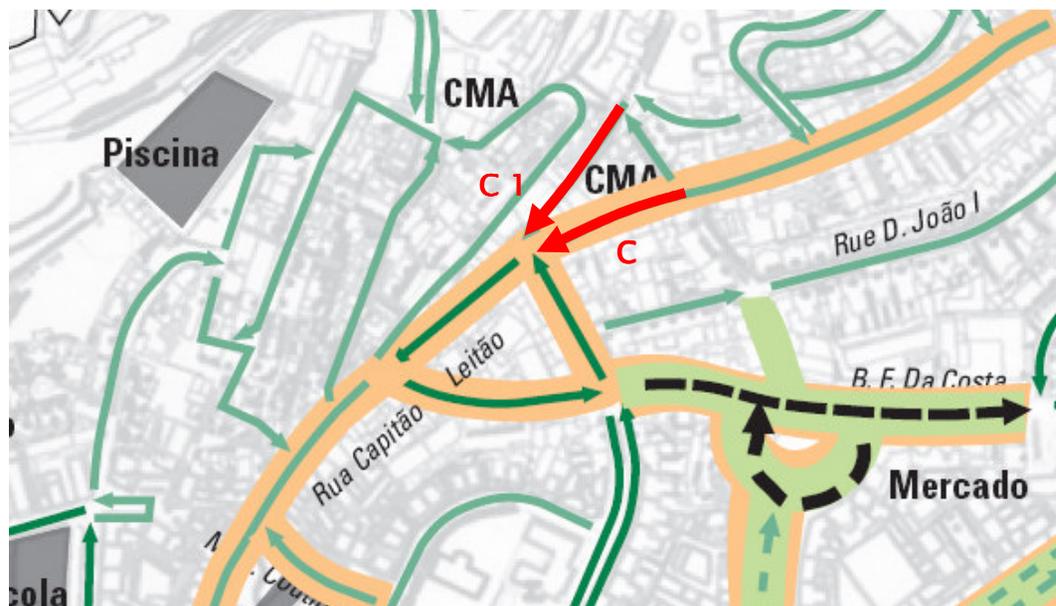
O Estudo Acessibilidades 21 prevê para este canal a utilização pedonal, situação idêntica à actual. Trata-se de um canal de declive acentuado com diversas escadas e alguns acessos a habitações.

Deverá ser previsto para a largura deste canal pedonal um perfil transversal idêntico ao das escadas. Desta forma não será permitido o estacionamento à excepção dum pequeno trecho junto à R. Infanta D. Beatriz onde o perfil transversal desta rua é maior. Deverá ainda ser permitido o acesso rodoviário aos lotes existentes.



C – R. D. José de Mascarenhas ; C1 – R. Henriques Nogueira

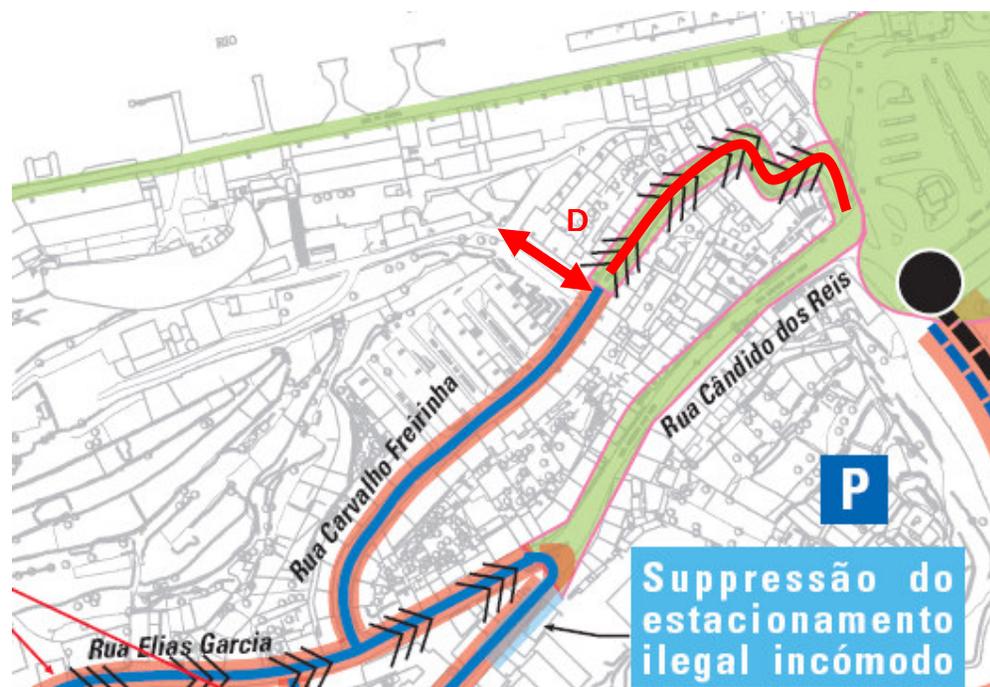
As Acessibilidades 21 prevêem para estes canais a utilização rodoviária com prioridade ao peão na R. D. José de Mascarenhas. Estes eixos apresentam perfis muito reduzidos não permitindo o estacionamento. Deverá ser previsto uma via para cada uma das ruas com um perfil de 4 a 4,5 m de largura.



D – R. Trindade Coelho / R. Carvalho Freirinha

Para este canal as Acessibilidades 21 prevêem duas situações distintas: dois sentidos de circulação rodoviária na R. Trindade Coelho e eixo pedonal na R. Carvalho Freirinha.

Ao longo deste canal não deverá ser previsto estacionamento. Na R. Trindade Coelho o perfil transversal do espaço rodoviário deverá ser de 6 m. Na R. Carvalho Freirinha deverá ser previsto o acesso local a moradores, cargas e descargas, recolha de RSU, manutenção e veículos prioritários.



F – R. José Fontana

Para este canal as Acessibilidades 21 prevê a sua utilização apenas por peões. Desta forma não se prevê a implementação de estacionamento. No entanto deverá ser salvaguardado o acesso local a moradores, cargas e descargas, recolha de RSU, manutenção e veículos prioritários.

